

Proposta de Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue para os Jornalistas Redactores da Rádio Nacional de Angola: o caso dos estrangeirismos

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Carla Cristina Pedro

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da
Informação de Especialidade**

Julho, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade

Realizada sob a orientação científica da

Professora Doutora Maria Rute Vilhena Costa

Apoio financeiro do Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo de Angola, no âmbito do Projecto Vocabulário Ortográfico Nacional.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 22 de Julho de 2017

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

Lisboa, 22 de Julho de 2017

DEDICATÓRIA

*Aos meus primeiros pais pelos sonhos que plantaram em mim,
aos meus segundos pais por terem dado continuidade a esses sonhos
e aos meus filhos pelos sacrifícios que fizeram para que um destes
sonhos se realizasse*

AGRADECIMENTOS

Ao “Ser de Luz” que me guia e protege desde o primeiro momento em que respirei, aos meus pais (Felizardo Joaquim Pedro e Luciana Lurdes), (Luzia Tchiama e Graciano Tchiama) pelo amor, pela crença, dedicação e ensinamentos de vida, aos meus filhos e aos meus irmãos pelos sorrisos, pelos olhares e pelas palavras trocadas.

Ao meu eterno Professor Doutor Albino Carlos, ao Doutor José Luís de Matos e ao Professor Doutor Adão do Nascimento muito obrigada pelo auxílio e principalmente por acreditarem em mim. À Doutora Paula Henriques, por me ter apoiado no momento em que mais precisei.

À minha orientadora Doutora Rute Costa, muito obrigada por me ter apresentado esta bela ciência pela qual me apaixonei, pelas instruções durante toda a formação e pela paciência na tutoria desta dissertação.

Agradeço também aos (às) professores (as) Doutor Christoph Roche, Doutora Raquel Silva e Doutora Maria Teresa Lino, por me terem preenchido com ensinamentos e enriquecido com informações sobre o mundo terminológico.

Aos meus colegas, pelas dúvidas, frustrações e regozijos que fomos tendo ao longo destes dois anos de histórias partilhadas, gostei de conhecer-vos e levo cada um de vocês em mim.

Aos “Pasta Lover,s” da minha vida, aos “Vêsoistas”, aos “Terminolotudo” (Artur, Aragão, Bruno, Eliseu, Eufrásia, Ginevra, Jucileia, Márcia e Mateus), à minha Canjeco e ao meu time da Licenciatura (Álvaro, Deolinda, Djamilá, Madalena, Naulila e Yuri) muito obrigada, por terem tornado o meu mundo mais colorido. Ao Hilton Daniel, muito obrigada pelo auxílio e pela partilha de ideias, saiba que foram muito profícuas “Kamba diani”.

A todos que, directa ou indirectamente, contribuíram para que esta dissertação conhecesse a luz, muito obrigada por tudo.

**Proposta de base de dados terminológica para os jornalistas redactores da Rádio Nacional
de Angola: o caso dos estrangeirismos**

Carla Cristina Pedro

RESUMO

A dissertação ora apresentada visa propor um estudo sobre a terminologia utilizada pelos jornalistas da Rádio Nacional de Angola. Embora não tivesse sido possível analisar os textos produzidos pelos profissionais da instituição para qual se destina o presente estudo, optámos por compor o *corpus* de análise com os estudos feitos por professores e investigadores de rádio que abordam assuntos relativos à produção radiofónica. O objectivo foi o de verificar a utilização de estrangeirismos por parte dos redactores no exercício das suas actividades. Que estrangeirismos são utilizados, quais as razões para a sua utilização e se o seu emprego causa algum tipo de ambiguidade na comunicação?

Para atingirmos o nosso objectivo, estruturámos o estudo em 4 partes. O 1º capítulo diz respeito à Rádio Nacional de Angola (RNA), empresa para a qual pretendemos apresentar uma proposta de estudo da terminologia utilizada pelos seus jornalistas. O 2º capítulo é relativo à Redacção, área com a qual pretendemos trabalhar num primeiro momento. Neste capítulo, também trabalhamos os resultados obtidos a partir do *corpus*. No 3º capítulo, concentramo-nos nas questões de índole teórica, tais como estrangeirismos, empréstimos e neologia por empréstimo. Por último, no 4º capítulo, optámos por analisar os estrangeirismos “*online*” e “*streaming*”, assim como propor um modelo de base de dados terminológica e áudio multilingue para a R.N.A. Apresentámos os resultados, demonstrando que os estrangeirismos utilizados pelos jornalistas redactores podem causar alguma ambiguidade na comunicação radiofónica quando transpostos de forma literal para a língua portuguesa.

Em razão de as regras do bom jornalismo apelarem à clareza e ao rigor no discurso, optámos por fazer a proposta de um recurso terminológico com vista à uniformização dos termos desta comunidade profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia, estrangeirismos, base de dados terminológica multilingue, Rádio Nacional de Angola, redacção radiofónica.

Abstract

This masters dissertation aims to propose a study on the terminology used by the journalists of the National Radio of Angola (Rádio Nacional de Angola, RNA). Although it was not possible to analyze the texts produced by the professionals of the National Radio of Angola for which this study is intended, we chose to compose the corpus of analysis with the studies done by professors and radio researchers who deal with issues relating to radio production. The objective was to verify the use of foreign words by the script writer during their activities. What foreign words are used? What are the reasons for their use and if their use causes some kind of ambiguity in the communication?

To achieve our goal, we structured the study into 4 parts. The first chapter relates to the National Radio of Angola (RNA), a company to which we intend to present a proposal to study the terminology used by its journalists. The second chapter is about Writing, the area with which we intend to work first. In this chapter, we also work on the results obtained from the corpus. In the third chapter, we focus on theoretical issues such as foreign language words, borrowings, and neologism. Finally, in the 4th chapter, we decided to analyze the words “Online” and “Streaming” as foreign words used in the portuguese language as well as to propose a multilingual terminology and audio database model for RNA.

We presented the results demonstrating that the foreignisms used by the journalists can cause some ambiguity in radio communication when transposed literally to the Portuguese language.

Because the rules of good journalism appeal to clarity and rigor in discourse, we have chosen to propose a terminological resource in order to standardize the terms of this professional community.

KEYWORDS: Terminology, foreign words, terminological database, National Radio of Angola, and radio writing.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANGOP	Angola Press
AO90	Acordo Ortográfico de 1990
ARTº	artigo
CEFOJOR	Centro de Formação de Jornalistas
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
DCI	Direcção de Comunicação Institucional
DDI	Direcção de Desenvolvimento de Imprensa
DNI	Direcção Nacional de Informação
DNP.....	Direcção Nacional de Publicidade
EOA	Emissora Oficial de Angola
FAA	Forças Armadas Angolanas
FM	Frequência Modulada
Fr.	Francês
IATE	InterActive Terminology for Europe
Ing.	Inglês
ISO	International Organization for Standardization
KHZ	Kilohertz
LAC	Luanda Antena Comercial
MCS	Ministério da Comunicação Social
MHZ.....	Megahertz
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OC	Onda Curta
OM	Onda Média
PE	Português Europeu
RCC.....	Rádio Comercial de Cabinda
RDP - EP	Rádiodifusão Portuguesa, Empresa Pública
RNA - EP	Rádiodifusão Nacional de Angola, Empresa Pública
RUN	Repositório da Universidade Nova
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TPA..... Televisão Pública de Angola
TGT.....Teoria Geral da Terminologia
UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola
VON..... Vocabulário Ortográfico Nacional
VORGAN Voz da Resistência do Galo Negro

Índice

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – A RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA (RNA).....	4
1.1 A Imprensa em Angola	4
1.2 O Ministério da Comunicação Social (MCS).....	7
1.3 Breve história da rádio no mundo.....	8
1.3.1 A História e o Percorso da Rádio Nacional de Angola	10
1.3.2. As 5 Principais Estações do Grupo RNA	13
1.3.3 Estrutura Orgânica da Rádio Nacional de Angola.....	16
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO DOMÍNIO DE ESTUDO E DA ORGANIZAÇÃO DO CORPUS	18
2.1 Domínio de estudo: Redacção radiofónica.....	18
2.2 Constituição do Corpus	23
2.3 Tipologia de Textos que Constituem o Corpus.....	25
2.4 Organização dos Textos	27
2.5 Tratamento Semiautomático do Corpus	30
2.5.1 Dados Estatísticos do Corpus	30
2.5.2 Concordância.....	33
CAPÍTULO III – ESTRANGEIRISMOS, EMPRÉSTIMOS E NEOLOGIA POR EMPRÉSTIMO.....	37
3.1 Breve considerações sobre os estrangeirismos.....	37
3.2 Estrangeirismos, importação ou empréstimos?	38

3.3. Estrangeirismo	40
3.4. Neologismos por empréstimo.....	42
3.4.1 Neologia terminológica	44
3.5 Empréstimos terminológicos	45
3.6 Anglicismos	46
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO EMPRÉSTIMO “ONLINE” E DO ESTRANGEIRISMO “STREAMING” E PROPOSTA DE BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA E ÁUDIO MULTILINGUE DA RNA	48
4.1 Enquadramento.....	48
4.1.1 “online” e “em linha”	48
4.1.2 “Streaming”	52
4.2 Proposta para uma uniformização da terminologia da RNA.....	55
4.3 Proposta de Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue para RNA	57
4.4 Proposta da ficha terminológica da Base de Dados da RNA	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - TERMINOLOGIA.....	63
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - MEDIA.....	66
NORMAS.....	67
DICIONÁRIOS	67
LEIS	68
SITOGRAFIA	68
ANEXOS.....	- 1 -

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Serviços que produzem, gerem, controlam e difundem os conteúdos da RNA	17
Figura 2 - Redacções do “Canal A” da Rádio Nacional de Angola	19
Figura 3 - Textos que constituem o corpus de análise	26
Figura 4 - Dados obtidos do total de formas e da forma de maior frequência no corpus	30
Figura 5 - Dados obtidos da frequência "redacção"	31
Figura 6 - Dados obtidos da frequência “redacção” tendo em conta o AO90	31
Figura 7 - Dados obtidos da frequência "online"	32
Figura 8 - Dados obtidos da frequência “on-line” com hífen	32
Figura 9 - Dados obtidos da frequência "streaming".....	32
Figura 10 - Concordância da forma "online"	34
Figura 11 - Concordância da forma "streaming"	35
Figura 12 - Representação hierárquica de tipos de empréstimo elaborado por Correia	41
Figura 13 – Screenshot da entrada "online" do Dicionário electrónico da Priberam	48
Figura 14 - Base terminológica IATE para a entrada "online"	50
Figura 15 - Base terminológica IATE para a entrada "em linha"	50
Figura 16 - Extracto retirado do corpus para ilustrar o candidato a termo "em linha"	51
Figura 17 – Observação das classes gramaticais à esquerda que ocorrem com a forma "online"	51
Figura 18 – Observação das classes gramaticais à esquerda que ocorrem com a forma "streaming"	53
Figura 19 - Extracto retirado do corpus que ilustra a forma "streaming"	54
Figura 20 - Proposta de ficha da Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue da RNA ..	59
Figura 21 - Proposta de ficha preenchida para a entrada “lide”	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tese e Dissertações seleccionadas para a constituição do corpus	29
---	----

INTRODUÇÃO

Comunicar é trocar ideias e experiências através de diversos sistemas simbólicos. Para tornar a comunicação eficiente e eficaz o homem vem ao longo do tempo a estudar as suas diferentes formas e técnicas para harmonizar e normalizar a terminologia segundo as suas especificidades e aplicações. Assim, ao mesmo tempo em que sucedia o aparecimento e desenvolvimento da imprensa, e com ela as investigações da radiodifusão, surgiam também investigações de muitos estudiosos para o desenvolvimento da língua.

As teorias de Wüster (1931) sobre a necessidade e a importância das práticas terminológicas foram apresentadas e defendidas na sua tese de doutoramento, vindo mais tarde a elaborar o dicionário *The Machine Tool* (1968), onde estabeleceu as bases da Teoria Geral da Terminologia (TGT), com o objectivo de normalizar os princípios, métodos e as aplicações da denominação terminológica e terminográfica de uma dada área de especialidade (cf. Cabré, 1993), dando assim origem à ciência da Terminologia definida na norma ISO (10871:2000, p.10) como “Science étudiant la structure, la formation, le développement, l’usage et la gestion des terminologies dans différents domaines”. Nesta mesma norma, encontramos uma outra aceção de terminologia “ensemble des désignations appartenant à une langue de spécialité”, que está mais directamente ligada ao estudo que pretendemos fazer e que deu título à nossa pesquisa: **Proposta de base de dados terminológica e áudio multilingue para os jornalistas redactores da Rádio Nacional de Angola: o caso dos estrangeirismos**

A nossa motivação para a proposta de uma base de dados terminológica e áudio multilingue surge por três factores:

- por ser jornalista da Rádio Nacional de Angola (RNA), temos consciência de que muitas vezes, por questões denominativas ou elitistas, utilizam-se estrangeirismos durante a emissão dos programas sem qualquer preocupação, também não existe na empresa um recurso linguístico adequado onde nos possamos apoiar quando nos deparamos com este facto;
- constatamos que a Comunicação Social é uma das áreas que importa algumas tecnologias e, consequentemente, importa também os termos que as acompanham, facilitando, deste modo, a entrada de estrangeirismos no âmbito da rádio.

- Em Angola “a rádio está muito mais desenvolvida que qualquer outro meio de comunicação social e ao contrário da maior parte dos países da região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) Angola tem uma longa tradição na área de radiodifusão”¹.

A Redacção, sendo um órgão de informação no seio da própria rádio, acaba por ser a porta de entrada para os diversos estrangeirismos de uma estação radiofónica, uma vez que é nesta área onde se organiza e unifica as diferentes tarefas dos seus profissionais, cabendo aos redactores a responsabilidade de redigir os diversos textos jornalísticos para posteriormente serem difundidos.

Quisemos, com esta dissertação, averiguar a partir de textos produzidos sobre redacção radiofónica a existência de estrangeirismos que causam problemas na comunicação e questionar: que problemas causam, quais os tipos de estrangeirismos que são introduzidos no português e em que situações são utilizados.

Para atingirmos o nosso objectivo, dividimos o estudo em 4 partes. Começando no **1º capítulo** por fazer uma incursão pela história e percurso da imprensa em Angola até a constituição do Ministério da Comunicação Social, instituição que mereceu também a nossa atenção por ser o responsável pela tutela dos órgãos de informação do país, como é o caso da Rádio Nacional de Angola (RNA) onde está localizada a Redacção Social do “Canal A”², domínio para o qual apresentamos a proposta da base de dados terminológica e áudio multilingue. A relevância deste domínio é desenvolvida no **2º capítulo**, onde também explicamos como foi desenvolvido o processo de constituição, organização e tratamento do *corpus*, centrando-nos no seu tamanho, nas frequências, na identificação dos estrangeirismos candidatos a termos e as suas possíveis concordâncias. No **3º capítulo**, abordamos questões ligadas aos estrangeirismos. Questionámo-nos sobre quais as razões para os utilizar, como identificá-los e por fim como classificá-los. O que nos permitiu, desde já, identificar os estrangeirismos constantes no *corpus*, os problemas que levantam quando traduzidos literalmente na língua que

¹ Ismael Mateus, no seu artigo sobre “Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana”. Acedido em <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/osmedia.html> aos 30.08.16.

² Por formas a facilitar a compreensão do texto, marcamos entre aspas o “Canal A” para indicar que se trata de um nome próprio, ou seja, o nome da estação emissora e grafámos canal em minúsculo para indicar que nos referimos ao canal de frequência.

os adopta, levando-nos a uma análise mais profunda no **4º capítulo** desta dissertação. Aí expomos mais detalhadamente esta problemática e propomos a constituição de uma base de dados multilingue que, num primeiro momento, albergará duas línguas estrangeiras (ing. e fr.) e duas línguas de origem bantu (umbundu e quimbundo) com vista a reduzir a ambiguidade na comunicação dos especialistas da rádio.

CAPÍTULO I – A RÁDIO NACIONAL DE ANGOLA (RNA)

1.1 A Imprensa em Angola

O facto de pretendemos desenvolver uma pesquisa terminológica num dos órgãos de comunicação social da República angolana, mais concretamente na RNA, leva-nos a percorrer a sua história para que possamos compreender a sua actividade nos dias de hoje.

Para Crato (1989), calcula-se que a história da imprensa teve início na China, no século V ou VI, mas foi Gutemberg que no século XV viria revolucionar a imprensa no mundo com o seu invento de reprodução mecânica da escrita (cf. 1989, pp. 22-23). Em Angola, devido à colonização europeia e ao desenvolvimento do comércio, a imprensa começa a dar os seus passos no século XIX. Segundo Hohlfeldt (cf. 2008, pp. 3-4) foi no dia 13 de Setembro de 1845 que se publicou a primeira série do Boletim Oficial do Governo-geral da Província de Angola, constituída pela colecção da legislação da então província portuguesa. A introdução do primeiro noticiário neste Boletim abriu caminho para as publicações aparentemente independentes, num total de 46 títulos, inclusive, alguns da autoria de angolanos: “Pormenor de nota é a referência a jornais produzidos por “angolenses”, o termo usado na altura para os naturais de Angola, por oposição aos colonos provenientes de Portugal. O primeiro jornal feito na língua nacional kimbundu $\frac{3}{4}$ foi feito em Nova Iorque, em Fevereiro de 1896”³.

Lopo (1964), citado por Carlos (cf. 2014, pp.75-76), dividiu a história do jornalismo em Angola em três grandes períodos:

O primeiro período começa com a publicação do “Boletim do Governo-geral da Província de Angola”, em 13 de Setembro de 1845.

O segundo período, imprensa livre, começa com o aparecimento do semanário “A civilização da África Portuguesa”, em 4 de Setembro de 1866.

O terceiro período, jornalismo industrial e profissional, teve início em 16 de Agosto de 1923 com a publicação do jornal “A província de Angola”. Até então, os primeiros jornalistas eram funcionários públicos e/ou exilados europeus em Angola.

Com o crescimento dos movimentos africanistas e nacionalistas e depois da Segunda Guerra Mundial, quando a Europa decide começar a investir em África, o quadro muda e,

³ Acedido em www.info-angola.ao aos 30.08.16

começa então a ser formada a segunda geração de profissionais nascidos em Angola, possibilitando deste modo as primeiras manifestações independentistas ao mesmo tempo em que disputava o espaço com as publicações da então potência colonizadora.

Somente depois da conquista da independência de Angola em 1975 é que a imprensa passa a ter uma dimensão propriamente angolana. “O jornalismo angolano passa a se posicionar como espaço de manifestação da experiência coletiva e legitimação das identidades angolanas. A realidade cotidiana de Angola é inscrita no imaginário social através dos discursos jornalísticos”. (Carlos: 2014, p.79)

Mas a sua odisseia não termina com a separação dos países, pois Angola começa uma nova fase em que terá de atravessar novos desafios em função dos processos políticos e económicos que foi atravessando até e depois das primeiras eleições gerais e multipartidárias⁴ que aconteceram no país.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ao assumir o poder em 1975 “apostou na diretriz do socialismo científico como referência para práticas midiáticas” (Carlos: 2014, p. 84), chegando mesmo a ter um Departamento de informação que controlava e geria toda a comunicação social do país. “A informação já não é um órgão governamental, é um órgão do partido e, por isso, tem de reflectir as preocupações do partido” (Neto:1978, p.25) e Carlos (*idem*) reforça essa ideia afirmando que “Os órgãos de difusão massiva são entendidos como parte de um sistema centralizado, com tarefas que deviam integrar-se numa estratégia global do partido no poder”

Até à altura, Angola era regida pelo sistema político monopartidário, os únicos órgãos de informação que actuavam eram os oficiais do estado: o Jornal de Angola, a Rádio Nacional de Angola (RNA), a Televisão Popular de Angola, hoje, Televisão Pública de Angola (TPA) e a agência noticiosa Angola Press (ANGOP).

Com o fim do sistema político monopartidário em Angola, em 1991, em consequência da desagregação da União Soviética e da queda do Muro de Berlim, e ao aderir à economia de mercado livre, o sector da comunicação social cria e publica, a 15 de Junho de 1991, a lei n.º 22/91. Uma Lei de Imprensa que incentivava a criação de órgãos de informação privadas e

⁴Angola realizou as suas primeiras eleições em Setembro de 1992, destinadas a escolher um chefe de estado, o presidente da República e uma legislatura.

garantia a liberdade de imprensa no país. Com isto, surgem os semanários “Correio da Semana” e “Comércio Actualidade”. A Rádio Vorgan, até então clandestina, pertença do partido na oposição, União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), passa assim a emitir a partir de Luanda onde também era autorizada a venda do seu jornal “Terra Angolana”. Neste mesmo ano, surgem também as primeiras rádios privadas: a Luanda Antena Comercial (LAC), em Luanda; a Rádio Comercial de Cabinda (RCC), em Cabinda; a Rádio Morena, em Benguela e a Rádio 2000, no Lubango.

Mas com o reacender da guerra, logo após as eleições de 1992, o desenvolvimento da imprensa sofre um retrocesso e algumas publicações como, por exemplo, a “Vorgan” e o “Terra Angolana” da UNITA passam novamente a funcionar na clandestinidade. Após o Protocolo de Lusaka⁵ assinado a 20 de Novembro de 1994 entre o Governo e a UNITA, a situação tende a melhorar e abre-se novamente o espaço da comunicação ao sector privado.

Hoje, no século XXI, Angola possui quatro estações de televisão (uma pública e três privadas), dois jornais diários (um público e um privado) e vários semanários privados, assim como estações radiofónicas públicas e privadas a emitir em Frequência Modulada (FM). A maior parte destas estações pertencem à RNA que é pública e que continua a ser a única a emitir em todo o território nacional.

Ao analisarmos o percurso da imprensa em Angola, notamos que ela tende a desenvolver-se cada vez mais. Basta para isso observar os passos que são dados na criação de departamentos ministeriais, na ratificação de leis para organizar, gerir e regulamentar os *mass media* como apresentaremos no ponto a seguir.

⁵O Protocolo de Lusaka foi um tratado de paz que durou cerca de quatro anos e visava concluir a implementação dos acordos de paz para Angola assinado em 1991, em Lisboa; executar as directivas para o funcionamento regular e normal das instituições resultantes das eleições realizadas em Setembro de 1992; a instauração de uma Paz justa e duradoura no quadro de uma verdadeira e sincera reconciliação nacional. Mais dados cf. em http://www.padoca.org/pag/Docs/Protocolo_Lusaka.pdf acedido aos 07.09.16

1.2 O Ministério da Comunicação Social (MCS)

Apesar de o nosso foco de acção ser a RNA, teremos antes de conhecer por dentro o departamento ministerial do Governo, responsável por organizar, gerir e controlar todas as questões concernentes ao domínio da informação em Angola, o Ministério da Comunicação Social. Para tal, basear-nos-emos pelo Decreto Presidencial n.º 102/14 de 12 de Maio, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, doravante MCS. Nos termos do art.º n.º 2 do capítulo 1, relativamente às atribuições do referido ministério, faremos somente menção às alíneas que fazem referência directa à actividade da radiodifusão em Angola:

“d) licenciar o exercício da actividade de radiodifusão e televisão;

e) proceder ao registo das empresas jornalísticas de radiodifusão, de televisão, de publicidade e média online;

f) proceder ao registo de programas jornalísticos de radiodifusão sonora e televisiva para efeitos estatísticos, de defesa da concorrência e direitos de autor” (cf. Anexo 1).

Sendo que compete ao MCS “exercer os poderes de tutela e superintendência sobre os serviços colocados por lei na sua dependência” (art.º n.º 4), foram criados Gabinetes e Direcções para que essas atribuições possam ser executadas. Assim sendo, assinalamos as seguintes Direcções: Direcção Nacional de Informação (DNI), Direcção Nacional de Publicidade (DNP), Direcção de Desenvolvimento da Imprensa (DDI) e a Direcção de Comunicação Institucional (DCI).

Como o nosso foco é dirigido ao serviço de radiodifusão e, consequentemente, aos conteúdos produzidos pela mesma, vamos, neste caso, centrar-nos no art.º n.º 17 que indica as directrizes da DNI como tendo a função de conceber, dirigir, controlar e executar as medidas de política informativa, dando-lhe as seguintes atribuições: “organizar e preparar o processo de licenciamento do exercício da actividade de radiodifusão e televisão (alínea c) e “organizar e preparar o processo conducente ao registo das empresas jornalísticas, de radiodifusão, de televisão e de média online, bem como das publicações periódicas e dos programas de radiodifusão sonora e de televisão” (alínea d) (cf. Anexo 1).

Para melhor regulamentar os propósitos do presente Decreto existe a Lei de Imprensa⁶, um diploma que estabelece os princípios gerais da actividade da comunicação social no país, possibilitando a regulamentação das formas de acesso e exercício da liberdade de imprensa, que constitui um direito fundamental dos cidadãos, constitucionalmente consagrado.

Este direito foi objecto de lei específica aprovada em 1991, a Lei n.º 22/91, de 15 de Junho – Lei de Imprensa que assegura o direito de informar e de ser informado, e liberalizou a comunicação social, permitindo a coexistência de órgãos de comunicação social públicos e privados, que têm desempenhado um importante papel na democratização da sociedade e no pluralismo de expressão (cf. Anexo 4, Lei n.º 7/06 de 15 de Maio,).

A secção II desta Lei é dedicada ao serviço da actividade de radiodifusão sonora que está distribuída por 14 artigos, mais concretamente do art.º nº 45 ao art.º nº 58. O art.º nº 50 dá a informação de que “o serviço público de radiodifusão é atribuído à Rádio Nacional de Angola mediante contrato de concessão” (cf. Anexo 4).

Com isto, fica claro que a RNA é o órgão público que detém a licença oficial do país para exercer a sua actividade de difusão massiva ao nível nacional, tornando-a deste modo elegível para fazer parte do Projecto Multisectorial sobre a Terminologia da Administração Pública angolana.

1.3 Breve história da rádio no mundo

Comunicar é uma das necessidades comuns a todos os seres humanos. Limitado pelo acto da fala ou não, o homem busca desde os primórdios da sua existência socializar e interagir com os outros seres. É nessa busca pela comunicação com o outro que vários artefactos foram e continuam a ser criados sob pretexto de aproximar cada vez mais as pessoas, desde a pré-história com as pinturas rupestres até à escrita e aos seus avanços tecnológicos.

É no processo pelo desenvolvimento comunicacional que em 1864, James Clerk Maxwell demonstrou teoricamente, em Cambridge (Reino Unido), a provável existência das

⁶Por forma a se adequar à nova realidade política, económica e social que se vive no país, esta Lei de Imprensa publicada em 1991 foi actualizada a 15 de Maio de 2006 (cf. Anexo 4)

ondas electromagnéticas. Com a sua morte, surgem outros pesquisadores, entre eles destaca-se o alemão Heinrich Rudolph Hertz que, em 1887, construiu um aparelho e provou, experimentalmente, a teoria de Maxwell de que a electricidade viajava através da atmosfera em forma de uma onda, passando deste modo, a denominar-se ondas de rádio, conhecidas também por ondas hertzianas. Estas descobertas foram estudadas um pouco por todo o mundo e para a história do rádio entram nomes como Edouard Brandly, Nikola Tesla, Oliver Lodge, Alexandre Popov, entre outros. Mas foi o italiano Guglielmo Marconi que soube coordenar o conjunto de técnicas disponíveis até então e realizar as primeiras experiencias conclusivas de transmissão de rádio, isto em 1894 época em que efectua os primeiros ensaios de emissão e recepção de sinais através do rádio, vindo a adquirir a sua patente de invenção em 1896, no Reino Unido (cf. Albert e Tudesq: 1981, p.8).

Apesar de até hoje existirem dúvidas sobre quem é realmente o inventor do rádio, o nome de Marconi fica na história deste meio de comunicação porque foi ele o primeiro homem a enviar uma mensagem para o outro lado do oceano. Como na altura era já um homem de negócios, Marconi contribuiu para que este aparelho se desenvolvesse, tendo mesmo criado a primeira companhia de rádio, abrindo assim, caminho a inúmeras emissões de rádio em diferentes partes do mundo até aos dias de hoje.

Segundo Viera (cf. 2010, pp. 219-221) em Portugal, as experiências com a transmissão radiofónica começaram em 1901 e em 1934 dá-se então o início das emissões experimentais da Emissora Nacional, que em 1976 passaria a chamar-se Radiodifusão Portuguesa, Empresa Pública (RDP - EP), actual Antena 1. Em Angola, sendo nessa data uma província ultramarina de Portugal, esta actividade radiofónica também já se fazia sentir. A primeira estação de rádio foi montada pelo português Álvaro Nunes de Carvalho, também conhecido como o pai da rádio em Angola.

A sua estação dispunha apenas de alguns watts e esteve inicialmente instalada em Benguela e depois no Lobito. Parece ter sido também em Benguela que nasceu o desejo de criar uma estação de radiodifusão, por altura de 1935. Mas tal ideia não chegou a frutificar e foi 6 anos mais tarde que a Rádio em Angola tomou o seu rumo: a criação de associações radiofónicas, os Rádio Clubes⁷.

⁷ Acedido em <http://angolaradio.webs.com> aos 30.08.16

1.3.1 A História e o Percurso da Rádio Nacional de Angola

A história da radiodifusão em Angola é muitas vezes confundida com a história da então colónia da administração portuguesa. Até se tornar na rádio oficial de Angola, este órgão passou por várias etapas, até à fusão das rádios clubes para a Rádio Nacional de Angola.

Carlos (2014, p.18), ao citar Lopo (1964), menciona que “a radiodifusão nasceu em 28 de Fevereiro de 1930, em Benguela e, em função da diversidade etnocultural e da extensão territorial de Angola, mantém-se como o meio de comunicação mais efectivo e afectivo do país”.

Passados 20 anos desde o seu aparecimento em Angola, por volta dos anos 50, começariam então as diligências para a criação de uma rádio oficial em Angola:

As emissões da Rádio Oficial iniciaram em regime de experiência nos finais do ano de 1951, com a criação de um Gabinete de Radiodifusão adstrito à Direcção dos Serviços de Correios, Telégrafos e Telefones. Todos os apoios de ordem técnica se resumiam aos emissores da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, e aos estúdios da Rádio Clube de Angola⁸.

Em princípio, essas emissões eram experimentais e limitavam-se aos finais de semana com uma programação virada para os trabalhadores. Segundo o sítio oficial da RNA, só em 1952 é que começam as emissões oficiais e diárias de radiodifusão em Angola, com a transmissão de programas e noticiários com cariz fortemente propagandístico.

A Emissora Oficial que viria mais tarde a ser designada Rádio Nacional de Angola, foi o primeiro órgão do Estado português que antes da independência já prestava serviço público à causa da revolução. Portanto, foi a primeira instituição cuja actividade fez a transição da colonização para a independência, constituindo o veículo mais importante na divulgação do discurso oficial das autoridades do novo Estado, que nascia em Angola. A Rádio Nacional de Angola é nestas circunstâncias a primeira Empresa Pública da República Popular de Angola⁹.

O Plano de Radiodifusão em Angola e o instrumento regulador de toda a actividade radiofónica acontece 9 anos mais tarde, concretamente a 16 de Fevereiro de 1961, data em que é

⁸Acedido em <http://www.rna.ao/rna2016/apresentacao> aos 30.08.16.

⁹Acedido em <http://www.rna.ao/rna2016/apresentacao/> aos 30.08.16.

nomeada também a comissão directiva da empresa e a sua publicação na Portaria do Boletim Oficial de Angola. A princípio, a estação emitia 20 horas diárias. Somente a partir de 04 de Fevereiro de 1984 é que os seus três canais (A, B e C)¹⁰ passaram a emitir ininterruptamente 24 horas por dia.

Com a proclamação da independência de Angola, estes documentos deixam de surtir efeito, uma vez que a então Emissora Oficial de Angola (EOA) passa a ter o estatuto de Rádio Nacional de Angola.

Criado um novo quadro institucional à luz da nova realidade fundada na proclamação da independência Nacional, e o nascimento da República Popular de Angola, conferiu-se o estatuto de Rádio Nacional de Angola, à antiga Emissora Oficial de Angola, em Dezembro de 1975. O primeiro acto jurídico que indicia a passagem da E.O.A à R.N.A foi através do despacho nº02/MINFA/75 de 08 de Dezembro de 1975 assinado pelo então Primeiro-ministro, Lopo do Nascimento. A então emissora Oficial de Angola passou a designar-se por Radiodifusão Nacional de Angola, cujo prefixo adoptado é o de Rádio Nacional de Angola¹¹.

Como o mundo está em constante transformação e com ele as suas organizações, mais uma vez haveria modificações e actualizações nos documentos que regiam a actividade da empresa pública de radiodifusão. Assim, com intuito de adaptar a estrutura da Radiodifusão Nacional de Angola aos novos tempos que se viviam no país, publica-se o Decreto nº. 76/97 de 31 de Outubro que actualiza o Estatuto Orgânico da Empresa e nos termos do art.º nº 3 revoga todas as leis anteriores: “É revogada toda a legislação que contrarie o presente decreto, nomeadamente o Decreto nº 343/70, de 31 de Julho, o Decreto nº. 63/75, de 25 de Janeiro e o Despacho nº. 2/MINFA/75, de 9 de Dezembro” (cf. Anexo 3).

Em 2010, a presente lei viria a sofrer mais algumas revisões e consequentemente alterações “O Estatuto da Radiodifusão Nacional de Angola – EP foi revisto e aprovado pelo Decreto Presidencial nº 206/10, de 23 de Setembro, de forma a ajustá-lo ao novo contexto constitucional e às orientações actuais para a gestão das Empresas públicas”¹².

Como podemos constatar no sítio oficial da RNA, até antes da última actualização dos

¹⁰“Canal A” é o principal canal da estação até hoje, o Canal B é o canal que emite em línguas maternas, hoje denominado por N’gola Yetu e o Canal C, hoje Rádio FM Estéreo é o canal musical da RNA.

¹¹Acedido em <http://www.rna.ao/rna2016/apresentacao/> aos 30.0816.

¹² Acedido em www.rna.ao aos 30-08-16.

estatutos, a empresa era dirigida por um Director Geral e Directores de Serviços como órgão executivo das políticas da empresa. O Conselho de Administração surge somente com o Decreto Presidencial nº 206/10 de 23 de Setembro (cf. Anexo 2) que aprova o Estatuto da Empresa de Radiodifusão Nacional de Angola-Empresa Pública, abreviadamente RNA-E.P, como empresa pública de grande dimensão e de interesse público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa financeira e patrimonial. Assim, a empresa passa a ser dirigida por um Conselho de Administração, como seu órgão de gestão e de administração.

Apesar da passagem da Emissora Oficial de Angola à Rádio Nacional de Angola ter sido efectuada em 1975, a data das festividades da empresa começa somente a ser celebrada a partir do dia 5 de Outubro de 1977, em homenagem à primeira visita feita às suas instalações pelo primeiro presidente da República de Angola, Dr. António Agostinho Neto, passando deste modo, o 5 de Outubro a ser considerado como o dia da RNA.

Actualmente, como se pode conferir no sítio da empresa, a RNA está representada nas 18 províncias de Angola produzindo e emitindo 24 horas por dia, conteúdos informativos, formativos e recreativos. Para além das 18 Emissoras provinciais, a RNA possui 2 Rádios Regionais, 10 Centros de Produção, 3 Rádios Municipais, 1 Rádio *online* e 5 canais principais: “Canal A”, Canal Internacional, Rádio 5, FM Estéreo e N’gola Yetu, que serão apresentados resumidamente no ponto a seguir.

Segundo o sítio desta empresa, enquanto órgão de radiodifusão massiva, a instituição tem como objectivo contribuir para a informação do público, garantindo aos cidadãos o direito de informar, de se informar e de ser informado; promover a cidadania, os bons costumes, a solidariedade humana, os valores culturais nacionais, o incentivo ao estudo e promoção do trabalho; promover o confronto de diferentes correntes de opinião, através do estímulo à criação e à livre expressão do pensamento e dos valores políticos, culturais, linguísticos, técnicos e outros.

O desenvolvimento tecnológico cada vez mais forte e penetrante pelo mundo também chega à RNA. De acordo com os dados apresentados pelo sítio oficial da instituição, somente a partir de 2003 é que a empresa começa a modernizar os seus serviços tecnológicos transitando deste modo, do analógico para o digital e colocando-se em pé de igualdade com outras estações radiofónicas do mundo mais desenvolvido.

Visto que um dos objectivos deste órgão é promover e estimular também os valores linguísticos, como é que passados 14 anos desde a modernização dos seus serviços, esta empresa pública de radiodifusão não possui, ao que sabemos, um glossário, um guia de estilo actualizado ou uma base de dados terminológica na qual os seus profissionais se possam apoiar no exercício das suas actividades?

O objectivo do rádio é comunicar. Se não conseguirmos fazer isso, não conseguiremos fazer radiojornalismo. É necessário ser inteligível - imediatamente inteligível. Uma frase mal construída, uma expressão ambígua, uma sentença complicada ou descrição de fatos sem uma sequência lógica podem ser fatais para um noticiário no rádio. Não há lugar no radiojornalismo para complexidade, divagação ou obscuridade. É preciso saber o que se quer dizer – e isso deve ser dito de forma direta, simples e precisa. (Chantler e Harris, 1992:50)

Mediante esta afirmação, é legítimo questionarmo-nos: como é que estes profissionais actuam quando se deparam com algum problema linguístico da sua área do saber? É desta questão que decorre a nossa motivação.

Vamos tentar responder a esta e a outras questões que poderão surgir ao longo da pesquisa nos capítulos a seguir. Por agora, de uma forma sucinta vamos apresentar as cinco principais emissoras da RNA.

1.3.2. As 5 Principais Estações do Grupo RNA

Como já vimos, a RNA é a emissora oficial de radiodifusão em Angola e possui na capital, Luanda, cinco¹³ estações de rádio com temáticas diferentes e que passaremos a apresentar a seguir de forma resumida, dando ênfase ao canal principal por ser o foco da nossa proposta.

“Canal A”

É a principal estação da RNA que congloba a área de Informação e Programas. Os objectivos desta estação resumem-se à difusão de temáticas com maior abrangência e

¹³Se formos fazer uma busca rápida no seu sítio oficial, veremos que em alguns momentos apontam 6 canais principais e, em outros momentos, 5 canais. A explicação é a seguinte: 6 porque por vezes contabilizam a Rádio Luanda que é a rádio da capital. Mas uma vez que esta também faz parte das 18 emissoras provinciais, não há necessidade de a resumirmos aqui. Neste caso, faremos menção somente aos 5 canais principais da estação.

aprofundamento das abordagens com o carácter instantâneo da notícia, mas, que pela sua característica, dá espaço para mais reportagens, entrevistas, debates, mesas-redondas e programas fora do estúdio. Este canal tem preservado o serviço público de radiodifusão e faz jus à tríade - informação, formação e recreação.

É importante referir ainda que o “Canal A” é entendido de duas formas: enquanto informação externa, é o principal canal da RNA, por abarcar o Departamento de Informação e o Departamento de Programas. Enquanto informação interna, é o nome que se dá ao Departamento de Programas ou à Redacção de Programas, porque os termos Departamento e Redacção de Programas estão em desuso internamente. Assim, a Redacção de Programas passa a ser chamado internamente também de “Canal A”. Mas, neste estudo, quando estivermos a falar de “Canal A” estamos a referir-nos unicamente sobre a Redacção de Programas.

O “Canal A” comporta 33 programas, com excepção dos espaços noticiosos. Dos 33 programas, 23 são produzidos pelo “Canal A”, 6 são produzidos por profissionais não afectos ao quadro efectivo: África Magazine, Cantares de África, Antologia, Poeira no Quintal, Recordar é Viver e os Sons da Tarde, que tem a participação directa da área de elaboração musical da RNA e 4 são de produção independente: Vanguarda Policial, A Voz das FAA, Ecos do Evangelho e Kamatondo. Todos estes programas estão distribuídos pelos seus 4 turnos: madrugada, manhã, tarde e noite.

Turno da madrugada

Para além do entretenimento, este espaço aborda aspectos sociais e culturais de Angola de forma educativa;

Turno da manhã

Aborda-se, neste espaço, questões ligadas à família, ao exercício da cidadania, ao resgate dos valores morais e cívicos, faz reflexões educativas sobre várias doenças e promove o papel das crianças na sociedade com um programa infantil;

Turno da tarde

O foco, neste turno, é o entretenimento aliado à informação dirigido, fundamentalmente, para os adolescentes e para a juventude. Questões como prevenção contra o VIH e SIDA, a perigosidade que as drogas representam, o empreendedorismo, as problemáticas das opções profissionais e académicas e o resgate dos valores morais e cívicos são as mais evidenciadas;

Turno da noite

O destaque, neste turno, vai para um dos programas mais antigos da estação, o Boa Noite Angola, que de segunda a sexta-feira, para além do entretenimento, centraliza o seu foco temático nas questões do foro medicinal, cultural, ambiental e artístico.

O “Canal A” possui também duas Redacções: social e cultural. Estas Redacções recolhem e produzem matérias que serão distribuídas e emitidas ao longo da programação.

Canal Internacional

Este canal projecta para o interior e o exterior a imagem de Angola, evidencia e divulga as acções do executivo, a diversidade cultural do país, as actividades promocionais da identidade nacional angolana, as conquistas da diplomacia angolana e o papel do país no seio das organizações da sub-região e ao nível do continente. O Canal Internacional emite, diariamente, em quatro línguas, nomeadamente: Francês, Inglês, Lingala e Português nos 101.4 FM, a partir das 21 horas.

FM Estéreo

O objectivo principal desta estação é a promoção e divulgação da música nacional e internacional. Apesar de a música pop-rock internacional dominar a sua programação, também se destaca a música africana folclórica tocada e/ou interpretada pelos clássicos de músicos do continente como Manu Dibango, Salif Keita, Lokua Kanza etc. A rádio FM Estéreo transmite ininterruptamente 24 horas por dia.

N'gola Yetu¹⁴

Esta emissora promove o respeito pelos valores éticos e sociais dos cidadãos e especialmente da família, a reconciliação nacional e consolidação da paz, sendo o seu alvo as populações urbanas, suburbanas e rurais utilizadoras das línguas maternas. A emissora incentiva os seus ouvintes à solidariedade, a participar nas tarefas de combate à pobreza, a reconstrução de infraestruturas, a adesão à escolarização, a expansão dos serviços sociais, a promover a cultura

¹⁴A expressão N'gola Yetu em diferentes línguas maternas de Angola significa nossa Angola. Yetu (nossa/o) e N'gola (Angola)

nacional e a resgatar os valores cívicos. A rádio N'gola Yetu transmite a partir de Luanda em 14 Línguas Nacionais designadamente: Umbundo, Quimbundo, Bângala, Nyaneka, Lunda, Songo, Luvale, N'gangela, Helelo, Fiote, N'goya, Cokwe, Kikongo e Kwanyama. Este canal emite 20 horas diárias, porque, a partir das 21 horas a emissão passa a ser da responsabilidade do Canal Internacional, uma vez que ambas partilham a mesma frequência.

Rádio-5

O objectivo desta estação é divulgar a actualidade e actividade desportiva nacional e internacional além de apelar à prática desportiva, ao respeito pelo adversário, fomentar a prática do desporto nas escolas, à formação e à justiça desportiva. O nome Rádio-5 surge do facto de ter sido o quinto (5º) canal da RNA a ser constituído em Luanda, depois do canal principal “Canal A”; “Canal B” hoje N'gola Yetu; “Canal C” rádio FM Estéreo e Rádio Cidade, hoje Rádio Luanda.

1.3.3 Estrutura Orgânica da Rádio Nacional de Angola

O Decreto Presidencial nº 206/10 de 23 de Setembro, que actualiza o Estatuto Orgânico da RNA, no seu capítulo II, 1ª secção, nos termos do art.º nº 7, indica os órgãos que compõem a estrutura da empresa. Assim, temos os seguintes órgãos: na alínea a), temos o “Conselho de Administração, como órgão de gestão”; na alínea b) “Conselho fiscal, como órgão fiscalizador” e na alínea c) “Concelho Consultivo, como órgão de consulta e apoio” (cf. Anexo 2).

Nos termos do art.º nº 8, é referido que o Conselho de Administração, órgão de gestão e administração da empresa, deverá ser composto por nove administradores com capacidade jurídica plena: sete administradores executivos e dois administradores não executivos. Estes administradores serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República e deverão prestar contas aos Ministros de Estado e da Coordenação Económica e da Comunicação Social.

Cabe aos administradores executivos indicar os responsáveis pelas diferentes áreas de actividade da empresa e, tendo em conta as duas áreas de produção radiofónica, apresentaremos a seguir a distribuição de tarefas de cada uma dessas administrações, destacando a Administração em foco e a área jornalística que está sob sua tutela, o “Canal A”, que é ao mesmo tempo a Redacção de Programas da RNA para a qual pretendemos propor a base de dados.

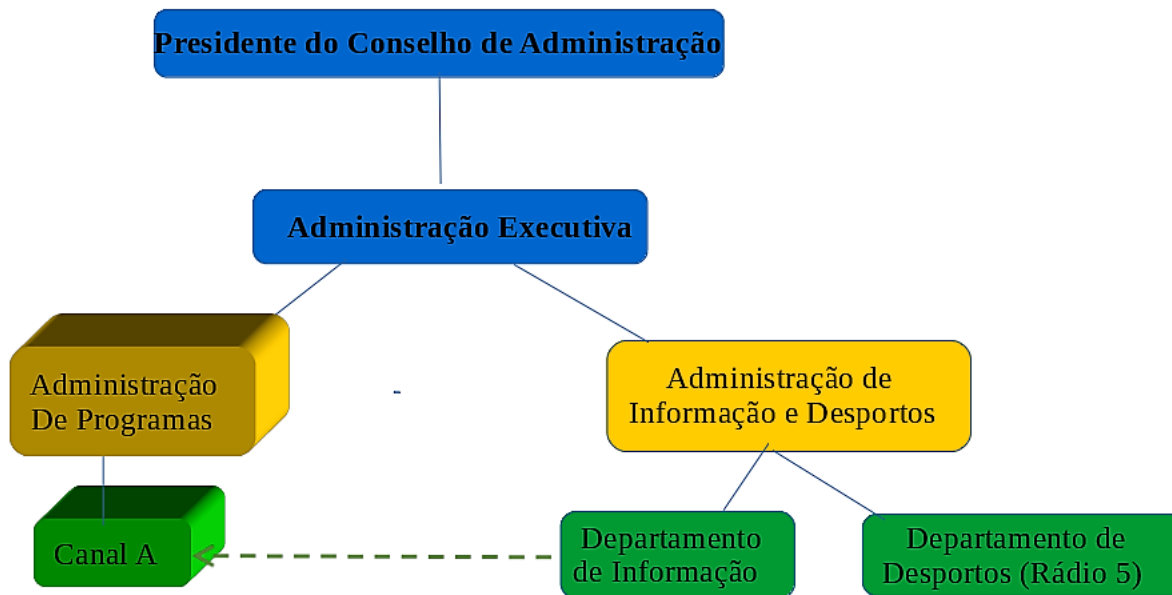


Figura 1 - Serviços que produzem, gerem, controlam e difundem os conteúdos da RNA

A seta em tracejado indica que o Departamento de Informação, apesar de pertencer e responder administrativamente a outra gerência, faz parte do “Canal A” por utilizar o mesmo emissor para transmitir as informações produzidas pela sua Redacção. Na página 13, já referimos que o “Canal A” engloba as áreas de Informação e Programas, ou seja, internamente existem duas Redacções diferentes a produzir para o “Canal A”: Redacção de Informação e Redacção de Programas que produzem e emitem interruptamente 24 horas por dia para o “Canal A”.

O “Canal A” é a estação principal do grupo RNA, a única que até ao momento tem licença para emitir para todo o território nacional, alcançando deste modo, maior número de ouvintes. É, pois, na sua Redacção que vamos focar a nossa atenção. Sabendo que este canal congloba outras Redacções, vamos no próximo capítulo especificar e identificar o domínio do presente estudo.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DO DOMÍNIO DE ESTUDO E DA ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS*

2.1 Domínio de estudo: redacção radiofónica

A Linguagem é um sistema social interpretativo utilizado no ato da comunicação. Esse sistema é formado por signos que são utilizados de forma ordenada com o intuito de gerar informação. [...] Na Comunicação Social, os diversos meios desenvolvem suas linguagens de acordo com seus respectivos suportes e características. Um exemplo é o Rádio que tem entre algumas características: instantaneidade, agilidade, baixo custo, sonoridade e o alto alcance. O Rádio transmite informações de cunhos sérios e de entretenimento prezando por uma linguagem simples, sem exigir muito conhecimento dos ouvintes para que se realize a compreensão do que é dito e conta com um fator determinante: a oralidade. (Souza et al: 2010, p.1, 2)

A rádio, como qualquer outro meio de comunicação social, tem o compromisso de informar com clareza e rigor linguístico a veracidade dos factos. Lagardette (1988) citado por Catarina Amaral¹⁵, considera que “as informações devem ser concretas, apresentadas de forma directa e clara. É preferível utilizar palavras pequenas, conhecidas e concretas” e para que tal orientação ocorra, é necessário a presença de uma Redacção, de um editor chefe e vários jornalistas redactores que vão recorrer a todas as técnicas de redacção a fim de produzir e difundir as informações do órgão de forma eficaz.

Em comunicação social, o termo “redacção” é um termo polissémico, ou seja, ambíguo. Tanto pode ser definido como o acto de escrever, redigir, como a secção dentro de um órgão de comunicação social onde se processa essa escrita, onde se produz a(s) notícia(s) ou outra informação. Se formos fazer uma pesquisa rápida ao Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (ed. 2001), encontramos para esta entrada sete (7) acepções. Sendo que o nosso objectivo está relacionado com a redacção jornalística, teremos em conta as acepções que vão ao encontro do que pretendemos:

- 1) Acção de exprimir por escrito, de escrever, acto ou efeito de redigir [...];
- 6) Local onde se prepara um noticiário de rádio ou televisão [...];
- 7) Conjunto dos redactores de um jornal, revista, de uma obra colectiva [...].”.

¹⁵Acedido em <http://www.ipv.pt/forumedia/4/16.htm> aos 30.08.16

Esse conjunto de redactores para os quais pretendemos propor a base de dados terminológica são os jornalistas que elaboram os textos para a difusão radiofónica e que segundo (Gradim: 2000, p.44) “Devem dominar todos os géneros pois serão solicitados para serviços muito diversos: notícia, crónica, reportagem, *fait-divers*, e por vezes mesmo opinião”.

Não podemos falar da redacção escrita sem falarmos da redacção como área de trabalho ou vice-versa. Para que possamos organizar-nos e melhor sermos entendidos quando estivermos a falar da acção ou do local, vamos de agora em diante grafar essas palavras de formas diferentes: **redacção** = acto ou efeito de redigir e **Redacção** = local onde se prepara a notícia.

O principal canal da RNA, o “Canal A”, possui duas Redacções principais (Programas e Informação) e outras alternativas¹⁶. O nosso foco vai para a Redacção de Programas, denominada por “Canal A”. Este canal é dirigido por um Director, um sub-Director, um Secretariado, dois Editores (um responsável pela Redacção Social e outro pela Redacção Cultural) e quatro Coordenadores de turnos como podemos verificar no ponto 1.3.2

Na Figura 3 apresentamos as principais Redacções do “Canal A”. A Redacção Social, marcada a tracejado, indica a área para a qual propomos a base de dados terminológica.

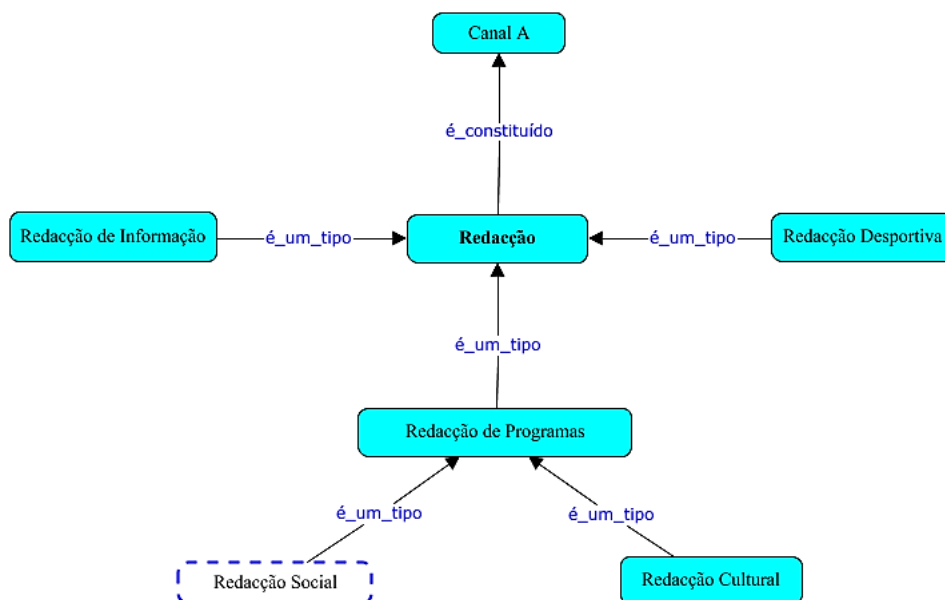


Figura 2 - Redacções do “Canal A” da Rádio Nacional de Angola

¹⁶Todas as outras redacções da RNA, desde os 5 canais como as emissoras provinciais, municipais, regionais e os postos fixos, contribuem com informações de destaque das suas estações para o “Canal A”.

Segundo Letria (1999, p. 13), “A Redacção dum órgão informativo é a sua pedra angular, o cérebro que organiza e unifica um conjunto de tarefas dispersas que permitem o surgimento, dia após dia, duma publicação que tem uma personalidade contínua e coerente”. Chantler e Harris (1992, p.44) também consideram que “a Redacção é a porta de entrada de uma estação de rádio. Press releases, cartas, chamadas telefónicas, avisos, telex, fax, tudo chega às mesas da Redacção”. Fica claro, com isto, que é na Redacção onde acontece todo o processo criativo e narrativo. “O processo de narração é a substância da redacção jornalística e resulta de a notícia ser a lógica de todo o nosso trabalho. Nada é mais especialmente jornalístico do que narrar, isto é, escrever para contar factos em que intervêm seres humanos” (Santos: 2008, p.27).

Sendo, portanto, a Redacção uma área de extrema importância dos órgãos de comunicação social e, consequentemente, da rádio, (uma vez que é a partir da mesma que a construção da notícia tem início), propomo-nos elaborar uma base de dados terminológica e áudio multilingue dirigida aos jornalistas redactores, onde deverão constar os termos e conceitos mais frequentes deste segmento de profissionais, a saber, os termos radiofónicos utilizados pelos redactores e os seus equivalentes em 4 idiomas, respectivamente, inglês e francês, por serem as línguas de trabalho do seu Canal Internacional e em umbundo e quimbundo por representarem as línguas dos dois maiores grupos etnolinguísticos de Angola. Pois, cabe aos redactores a responsabilidade de redigir os diversos textos jornalísticos obtidos através de reportagens, entrevistas e/ou cobertura de diferentes eventos, visando a difusão dos mesmos aos seus ouvintes.

Bonixe (2012, p.17) afirma que o principal produto do jornalismo são as notícias, porque “representa uma janela aberta para o mundo, na medida em que continua a ser o principal fornecedor de conhecimento sobre os acontecimentos de interesse público”.

Para que esses jornalistas redactores possam redigir boas notícias e outros bons textos e serem bem entendidos pelos seus ouvintes, precisam em primeiro lugar de dominar a sua língua de trabalho, porque, segundo Squarisi e Salvador (2005, p.85) “o mau português compromete o esforço de pesquisa e redacção, mutila as informações e prejudica a clareza. O emprego do termo adequado é uma das regras fundamentais do estilo”.

Logo, somos de opinião que a língua chega a ser indubitavelmente a mais poderosa forma de comunicação ao nosso dispor, pois, a língua é um factor inalienável para a comunicação social

e o jornalismo surge como o mais importante instrumento para a divulgação da mesma.

E Gradim (cf. 2000, p.139) reforça essa ideia ao referir que a língua é o instrumento de trabalho do jornalista tal como a enxada é para o agricultor. Daí a necessidade de dominar perfeitamente a sua língua de trabalho. O autor acrescenta ainda que o jornalista deve utilizar um vocabulário rico; preciso, mas não rebuscado; e escrever com ritmo, imaginação e originalidade.

Barbeiro e Lima (2003, p.72) também concordam que o jornalista domine e respeite as regras da sua língua de trabalho e referem que:

O texto jornalístico segue normas universais. Em qualquer veículo impreso ou eletrónico o redator deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples e objetivo. O que diferencia o texto do rádio em relação aos veículos da imprensa escrita é a instantaneidade. [...] O jornalista precisa ter em mente que está contando uma história para alguém, mas sem apelos à linguagem vulgar e, acima de tudo, respeitar as regras do idioma.

Esta necessidade de clareza e simplicidade do discurso radiofónico deve-se também ao facto de a concentração do ouvinte, diferente da do telespectador e da do leitor, ser superficial. O ouvinte tem sempre a atenção dividida com os seus afazeres do dia-a-dia. Por isso, o redactor deverá evitar palavras ambíguas e de raciocínio complexo. “Mas clareza não significa banalização, nem simplicidade significa abastardamento da língua. [...] O objectivo do jornalista deve ser a conjugação da clareza com o rigor da linguagem” (Crato: 1989, p.122).

Para que haja clareza na redacção jornalística, “deve utilizar-se linguagem corrente; colocando-se os advérbios junto aos verbos a que se referem ou o mais próximo possível; usando-se com exactidão os pronomes relativos, demonstrativos e possessivos para evitar as ambiguidades; e, finalmente, empregando-se as palavras na acepção própria” (Santos: 2008, p.26).

Gradim (2000, pp.138-139) não só concorda com a necessidade de haver clareza na redacção jornalística como acrescenta também que ela deve ser precisa. “A precisão prende-se com o rigor semântico na utilização da linguagem, que deverá ser ultra cuidadoso. Muitas vezes, na pressa de escrever, e embalado por certos automatismos, o jornalista esquece-se, por exemplo, que “dizer”, “afirmar”, “defender”, “denunciar”, “contar” - não significam rigorosamente a mesma coisa, nem podem ser aplicados indistintamente. Quando uma palavra é utilizada com

precisão no interior de um texto, ela não é intermutável, nem pode impunemente ser substituída por outra”.

Segundo ainda Gradim (2000, p.151), “[...] é importante, entre outros factores, evitar ambiguidades, duplas interpretações ou sentidos dúbios: a linguagem jornalística deve ser unívoca, para que possa esclarecer o leitor em vez de semear a dúvida no seu espírito, ou, pior ainda, induzi-lo em erro”. E Cabello (1995, p. 145) acrescenta que “a construção do texto radiofónico exige, além de certa dose de correcção gramatical, adequação técnico-linguística concernente à estrutura do veículo rádio”. Ao fim de contas, o jornalista radiofónico escreve para ser ouvido e pretende com o seu texto, para além de ser percebido com clareza e sem ambiguidades, despertar o interesse e as emoções de quem o ouve.

Um texto claro, simples, conciso e preciso, tem grandes probabilidades de transmitir informações ou mensagens eficazes, havendo apenas um senão a ter em consideração:

Para que a mensagem jornalística seja eficaz é preciso que as palavras do emissor tenham o mesmo significado para o receptor, e sejam por este compreendidas no seu exacto sentido. Assim, o transmissor deve conhecer com precisão a capacidade de compreensão do receptor e expressar a mensagem em palavras que lhe sejam acessíveis. Ambos devem, portanto, ter uma experiência comum, porque sem ela o significado do texto não será assimilado. (Beltrão (1969), citado por Santos (2008, p.21))

Esta experiência comum está relacionada com as questões culturais, sociais, políticas e de proximidade entre o jornalista redactor e o seu público-alvo. Por isto concordamos com Santos (cf. 2008, p.21) quando refere que para o jornalista radiofónico adequar a sua mensagem à capacidade assimilativa de quem o escuta, ao efectuar o seu trabalho, deve ter em conta o perfil cultural do seu auditório-alvo.

Logo, como podemos verificar, para que o jornalista redactor tenha sucesso na sua actividade, necessita de dominar a sua língua de trabalho e a sua gramática, as técnicas de redacção, bem como conhecer o seu público-alvo para adequar a mensagem às necessidades dos seus ouvintes. Contudo, para acrescentar a eficácia e, conseqüentemente, a qualidade da sua actividade adicionaríamos um outro ponto que está relacionado com a importância deste profissional conhecer e dominar a terminologia da sua área de especialidade, a fim de reduzir a ambiguidade nos textos e tornar a comunicação mais clara e eficiente.

Sabendo das vantagens que um órgão como a Rádio Nacional de Angola teria ao possuir uma base de dados terminológica, duas inquietações motivaram-nos a propor este plano de investigação. Sendo o jornalismo uma das áreas que utiliza muitos estrangeirismos e/ou empréstimos linguísticos e muitos deles traduzidos segundo o entendimento de cada profissional, cabe-nos levantar as seguintes questões:

- Como é que os jornalistas redactores deste órgão lidam com estas questões dos estrangeirismos?
- Que suportes utilizam para melhorar a sua comunicação?

Propomos a elaboração da já referida base de dados, por acreditarmos que a inovação e a actualização de serviços nas organizações possibilitam o acesso e a transmissão eficaz do conhecimento. Para que tal aconteça, é necessário a existência de terminologias estáveis e organizadas desse domínio e, principalmente, que estejam acessíveis aos seus utilizadores.

E concordamos com Correia *et al* (cf. 2007, p.458) no artigo sobre a Terminologia e a Sociedade de Informação, ao afirmarem que, por sua vez, ao mesmo tempo que valorizamos mais e mais a importância de uma comunicação eficaz, verificamos que os domínios científicos e técnicos se desenvolvem mais rapidamente e que os termos utilizados em cada vocabulário específico vão acompanhado necessariamente essa evolução. Desta feita, pensamos que a terminologia de cada domínio deve ser estudada com o fito de se criar ferramentas que permitam uma utilização sistemática e universal das mesmas. Surge aqui uma das razões da nossa proposta.

2.2 Constituição do *Corpus*

Segundo a norma (ISO 2000), *corpus* é: “ensemble de données linguistiques recueillies à des fins d'analyse.” Mas Costa (2001, pp. 26-27) expõe que “Não devemos considerar todo e qualquer tipo de *corpora* um objecto valido, *a priori*, para todos os fins da análise linguística. Os critérios de selecção dos enunciados que compõem o *corpus*, assim como as suas propriedades, têm de estar, necessariamente, em consonância com os objectivos pré-estabelecidos pelo linguista”

Visto que o nosso objectivo é propor uma base de dados terminológica para jornalistas redactores de rádio (público-alvo), um dos critérios para concretizar tal intenção foi procurar textos que fossem desta área de especialidade produzidos por e para redactores de rádio, visto que “O texto de especialidade é uma das formas privilegiadas ao qual o especialista recorre para transmitir e aceder ao conhecimento (Costa: 2001, p. 200)”.

Assim, entende-se aqui por *corpus* o conjunto de textos de especialidade em formato digital relativos a um domínio do conhecimento e organizados segundo critérios pré-estabelecidos como a autenticidade, o tamanho ou a extensão, a representatividade, a área de especialidade e a actualidade.

Quanto à autenticidade, os textos recolhidos são produções de indivíduos que estudam, pesquisam e leccionam jornalismo radiofónico.

No que concerne o tamanho e a representatividade do *corpus*, muito tem-se discutido. Sardinha (cf. 2000, pp. 343-345) refere que não há critérios objectivos para a determinação da representatividade e dificilmente se consegue estimar qual seria uma amostra representativa da linguagem, ou seja, não é possível apontar um número exacto e afirmar que seja o ideal para uma amostra representativa da linguagem. E Costa (2001, p. 37) considera que “A noção de representatividade em *corpora* especializados não pressupõe a noção de quantidade, dado que a produção de textos numa área de especialidade, numa língua determinada, pode ser diminuta, assumindo o tamanho do *corpus* um valor relativo”.

Mas Sardinha (2000), tal como Costa (2001) não se ficam pela problemática da representatividade e apontam uma saída mais viável e que, em nosso entender, é o melhor caminho a seguir para dar continuidade ao trabalho terminológico. Para Costa o tamanho do *corpus* é relativo, como veremos mais adiante em Costa e Silva (2008), e devemos encarar a representatividade no sentido da aceitação do texto como uma produção cientificamente reconhecida pelos seus membros. E Sardinha refere que:

Além de representativo, o corpus deve ser adequado aos interesses do pesquisador. Quer dizer, em vez de se dizer, 'eu tenho este corpus, então agora vou descrevê-lo, deve-se pensar eu desejo investigar esta questão, então eu necessito de um corpus com estas características. A adequação do corpus é tomada como dada. Assume-se que o corpus com o qual se esteja lidando e as perguntas que se faz a ela sejam adequadas para os propósitos da investigação. (Sardinha: 2000, p.349).

Assim sendo, apesar de a extensão do *corpus* de análise ter um total de 397.252 formas, ele é representativo “au sens de l’acceptation du texte en tant que production scientifiquement reconnue par les membres qui composent la communauté scientifique ou professionnelle, dans laquelle et par laquelle le texte a été produit” (Costa e Silva: 2008, p.7).

Outro critério importante a se ter em conta é o de caracterizar o tipo de trabalho terminológico que se pretende efectuar. Se será normativo ou descritivo. De acordo com as definições sobre este assunto, apresentadas por Wright (1997), o nosso trabalho é descritivo. Pois, consiste na procura, recolha, descrição e documentação dos termos utilizados pelos redactores de rádio no exercício da sua actividade “the objective of descriptive terminology management is to document all terms used to designate the concepts treated in a single discipline, usually in the social sciences” (Wright: 1997, p.18).

Quanto à área ou ao domínio de especialidade, os textos abordam assuntos relativos à produção jornalística em rádio; são trabalhos concebidos a partir dos textos produzidos pelos redactores no seu dia-a-dia e são actuais por terem sido produzidos nos últimos 8 anos (2008-2016), caso que nos leva a inferir que possa conter terminologia recente desta área do conhecimento.

2.3 Tipologia de Textos que Constituem o *Corpus*

Pelo facto de termos encontrado grandes dificuldades¹⁷ em constituir o *corpus* a partir de textos produzidos pelos redactores da RNA optámos, deste modo, por recolher obras que abordassem questões relativas à produção radiofónica produzidas e/ou dirigidas aos redactores de rádio. Tal como aconselham Pavel e Nolet (cf. 2002, p. 8) demos primazia a obras no idioma original a traduções, obras pedagógicas reconhecidas ou recomendadas pelos especialistas, a utilização de monografias em função da data de publicação e a publicações especializadas.

¹⁷Não havia até a data da elaboração desta pesquisa arquivo de textos produzidos pelos redactores da RNA que nos permitissem constituir *corpus*. Os textos produzidos pelos redactores, depois de difundidos nos programas para os quais foram elaborados, em alguns casos são descartados, ou seja, vão para o lixo e, noutros casos sofrem pequenas alterações para voltarem a ser emitidos em outros programas da estação e posteriormente descartados.

Os textos que apresentamos foram recolhidos entre Outubro e Novembro de 2016, no Repositório da Universidade Nova de Lisboa (RUN)¹⁸, na Biblioteca Mário Sottomayor Cardia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da já referida Universidade Nova e na Internet.

Encontramos livros, Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado, relatórios, artigos e manuais. De entre os mesmos, seleccionámos as Dissertações de Mestrado, as Teses de Doutoramento¹⁹, um Manual de Jornalismo de Rádio²⁰ e um livro que contém muita informação radiofónica como se poderá observar a seguir.

Resumindo apresentamos na figura abaixo os textos que constituem o corpus de análise desta investigação:

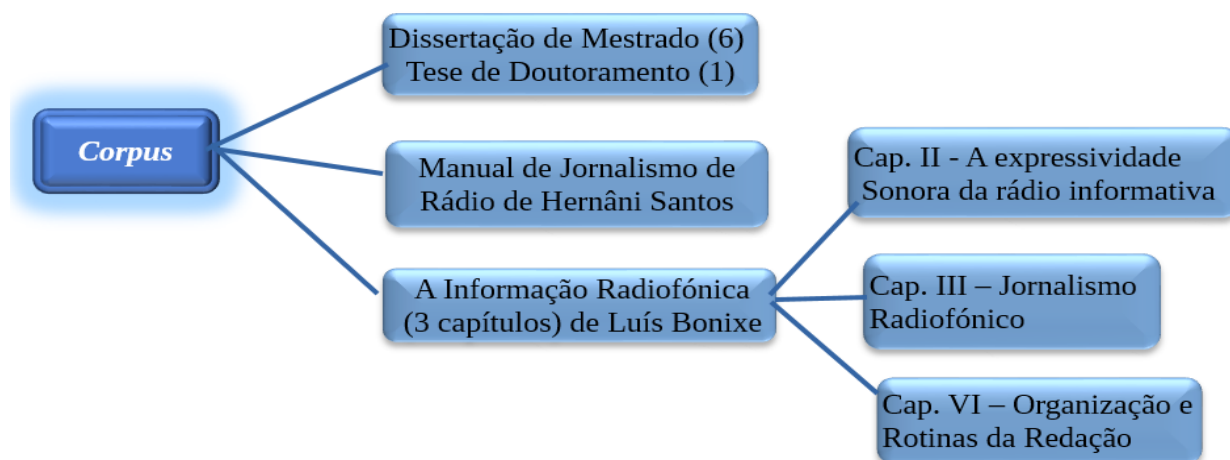


Figura 3 - Textos que constituem o *corpus* de análise

Identificados os textos com os quais pretendemos trabalhar, o próximo passo foi organizá-los segundo as suas especificidades.

¹⁸O RUN é o Repositório da Universidade Nova de Lisboa aonde é armazenado, gerido e preservado toda a produção intelectual da UNL, permitindo livre acesso aos seus estudantes e investigadores. <https://run.unl.pt/>.

¹⁹Mais informações sobre esses trabalhos de investigações estarão disponíveis na tabela nº1, localizada na página 29.

²⁰Informações disponíveis na bibliografia desta dissertação e em <http://opac.iefp.pt:8080/images/winlibimg.aspx?key=&doc=73221&img=452>

2.4 Organização dos textos

Nas próximas linhas, passamos à descrição da metodologia utilizada para a constituição do *corpus* e para a identificação dos critérios que adoptámos.

O primeiro critério, para a constituição do *corpus*, foi seleccionar livros que abordassem questões relativas ao discurso radiofónico dos redactores. Por questões de actualidade, seleccionámos obras publicadas nos últimos 8 anos (2008-2016) e este foi o segundo critério.

Apesar de em Angola existir uma instituição estatal que organiza e regula o sistema de informação do país, um Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR), institutos médio e superior com cursos para formar jornalistas, verificámos que a maior parte da bibliografia utilizada para ministrar os cursos é de origem portuguesa e brasileira ou traduções publicadas nestes dois países.

Também há obras angolanas sobre os *média* em Angola²¹. No entanto, não se adequam aos objectivos traçados para esta dissertação, visto que se focam mais nos aspectos históricos, políticos e sociais da imprensa em Angola do que propriamente na produção radiofónica como tal, facto que nos levou a constituir o *corpus* com as obras recolhidas em Portugal, pelos motivos que se seguem:

(i) grande parte da bibliografia utilizada em Angola nos cursos de produção radiofónica são portuguesas ou traduções portuguesas;

(ii) a língua de trabalho utilizada na Rádio Nacional de Angola é o português da variante do Português Europeu (PE);

Não obstante a proposta que fazemos nesta dissertação ser a de uma base de dados terminológica e áudio multilingue, trabalharemos com um *corpus* monolingue em português por primeiro, não dispormos de tempo suficiente para recolher os dados nas outras línguas seleccionadas e, segundo, porque precisaríamos de especialistas nativos para validarem os referidos dados.

²¹Como são os casos por exemplo das obras de: Paulo António Maria (2010) “*Legislação e normas sobre a comunicação social em Angola*”; Muananosi Matumona (2002) “*Jornalismo angolano: histórias, desafios e expectativas*” e (2009) “*Os media na era da globalização: para uma sociologia do jornalismo angolano*”; João Melo (1991) “*Jornalismo e política*” e (2006) “*Dos mass media*”; Adbayo Vunge (2010) “*A credibilidade dos mass media em Angola*”; etc.

Ao fazermos o levantamento dos textos, tivemos muita dificuldade em encontrar bibliografias recentes relacionadas com o tema em análise e publicadas em português europeu. Em contrapartida, foi notável a quantidade de obras sobre o mesmo assunto publicadas na variante do português do Brasil.

Dos livros encontrados retivemos um: (*A Informação Radiofónica: rotinas e valores-notícia da reprodução da realidade na rádio portuguesa*” de Luís Bonixe, publicado em 2012), por conter 3 capítulos que não poderiam ficar de fora nesta pesquisa, por apresentarem uma predominância de termos do domínio em estudo e por se enquadrar nos critérios pré-estabelecidos por nós.

Por haver pouca bibliografia sobre o assunto, comprometendo o tamanho do *corpus*, alargámos a pesquisa constituindo um subconjunto de *corpus* constituídas pelas Teses de doutoramento e Dissertações de mestrado das Ciências da Comunicação, por acreditarmos, tal como Costa; (2001, p.199) que “a comunidade científica se compõe de indivíduos que possuem conhecimentos específicos para exercer, ensinar, discursar e escrever sobre uma especialidade científica”.

Assim, o critério fundamental foi de que os estudos abordassem questões relativas às produções radiofónicas. Outro critério estabelecido foi de que estes trabalhos tivessem sido realizados nos últimos 6 anos (2010-2016) pois, considerando o facto de que são Teses e Dissertações recentes, partimos do pressuposto que são da actualidade e a possibilidade de encontrarmos terminologia actual é teoricamente maior.

Numa longa pesquisa feita no RUN, tendo em conta o domínio de estudo e o ano de publicação, encontrámos 10 teses das Ciências da Comunicação e 1 de Artes Musicais. Esta última apesar de pertencer ao domínio das artes, pela pertinência do tema de investigação relativo ao domínio rádio, não poderia ficar de fora da nossa pesquisa. No total, entre Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento, encontrámos 11 trabalhos de investigação

Dos 11 trabalhos, 5 estavam embargadas e 6 disponíveis para consulta pública. No entanto, ao solicitar a utilização de uma das obras embargadas, a autora autorizou e reunimos um total de 7 obras: 6 Dissertações de Mestrado e 1 Tese de Doutoramento como apresentamos na tabela a seguir:

Áreas disciplinares	Dissertações de Mestrado	Teses de Doutoramento
Ciências da Comunicação	A rádio na internet: do “on air” para o “online”. Estudo de caso do serviço público e o caminho para o futuro. Pacheco, Marta Isabel (2010)	A contribuição da rádio para o desenvolvimento da cidadania: um estudo comparado da actuação de rádios do Brasil e de Portugal. Silva, Valquíria Guimarães (2014)
	O diálogo entre a rádio e a internet na informação da Antena 1. Tereso, Raquel Bento (2012)	
	As potencialidades educativas da rádio para crianças e jovens. Guerreiro, Maria Mariana (2014)	
	As manhãs informativas da rádio Renascença: perfil dos noticiários da manhã 1. Henriques, Cláudia Marisa (2013)	
	RFI em português e RDP África: a lusofonia nos seus noticiários. Godinho, Cláudia Sofia (2016)	
Artes Musicais	O efeito da sociedade tecnológica na rádiodifusão: a evolução do significado de rádio como mídia e agente condicionante da perspectiva vivencial. Conceição, Ana Cristina (2013)	

Tabela 1- Tese e Dissertações seleccionadas para a constituição do *corpus*

Para além destas obras, encontrámos um Manual de Jornalismo de Rádio, da autoria de Hernâni Santos e editado pelo CENJOR, Lisboa, em 2008, um texto que irá enriquecer o *corpus*, dado que supomos poder encontrar termos de base do domínio em estudo. Este ponto poderá levar à seguinte questão: se Angola também possui um Centro de Formação de Jornalistas, porquê utilizar o Manual do CENJOR? Apesar de existir um manual, ele não é, como já foi referido, especificamente de rádio e é uma tradução da autora americana Deborah Potter, intitulado Manual do Jornalismo Independente²².

²² Deborah Potter (2006) “*Manual de Periodismo independiente*”, Editora: Mildred Solá Neely, Tradução: Ángel Carlos González Ruiz. http://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-spanish/handbook_journalism-sp.pdf

2.5 Tratamento Semiautomático do Corpus

Para dar início ao tratamento dos textos seleccionados, utilizámos o programa de tratamento semiautomático de textos que foi desenvolvido por Laurence Anthony em 2002 denominado por *AntConc*²³.

Recorremos ao *AntConc* para obter as ocorrências e os *tokens* constituintes do *corpus*. Por esta via, foi-nos possível identificar os estrangeirismos deste domínio de especialidade, o seu contexto textual, as formas que com elas coocorrem, obter as concordâncias e a distribuição das formas dentro dos textos.

2.5.1 Dados Estatísticos do Corpus

Depois de feita a conversão dos textos em *txt* e trabalhados no *AntConc*, podemos então dar início ao tratamento semiautomático do *corpus*, começando, primeiramente, por obter os dados quantitativos para posteriormente verificar as características linguísticas dos dados.

Inicialmente, ao pressionar a função *Word List* obtém-se a lista ordenada das formas por frequência sendo possível apurar o número total das ocorrências no *corpus*. Observando as *word tokens*, podemos constatar que o *corpus* é composto por um total de 397. 252 formas com ocorrências de 22.154 formas únicas, ou seja, não repetidas como indica a função *word types* na Figura nº5 que se segue. Nesta mesma figura será ainda possível observar qual a forma de maior frequência existente no *corpus*.

AntConc 3.4.4w (Windows) 2014

File	Global Settings	Tool Preferences	Help
Corpus Files	Concordance	Concordance Plot	File View
1 A Contribuição da R	Clusters/N-Grams	Collocates	Word List
2 A rádio na internet,	Keyword List		
3 As manhas informati	Word Types: 22154	Word Tokens: 397252	Search Hits: 0
4 As potencialidades e	Rank	Freq	Word
5 O diálogo entre a rá	1	18346	de
6 O efeito da socieda	2	16351	a
7 RFI África em portug	3	12792	e
8 Manual de jornalis	4	10893	o
9 A Informação Radio			

Figura 4 - Dados obtidos do total de formas e da forma de maior frequência no *corpus*

²³É um programa que pode ser adquirido de forma gratuita na internet e apresenta um conjunto de ferramentas para análise do *corpus*, como identificar e analisar as concordâncias, o total e a frequência das formas, a distribuição e o comportamento dessas formas dentro do texto, etc. <http://www.laurenceanthony.net/software.html>.

Visto que é para os redactores que pretendemos propor a base de dados, interessava observar a ocorrência da forma “redacção”. Encontramos dois *types* para esta forma que correspondem a grafias diferentes tendo em conta o acordo ortográfico de 1990 (AO90). Através da função *Rank*²⁴ e da função *Freq*²⁵ encontramos localizadas na posição 493º a forma “redacção” com a frequência 100 e na posição 843º está a forma “redação” com a frequência 57, perfazendo um total de 157 vezes que esta forma ocorre no *corpus*:

AntConc 3.4.4w (Windows) 2014

Corpus Files		Concordance	Concordance Plot	File View	Clusters/N-Grams	Collocates	Word List	Keyword List
1 A Contribuição da R		Word Types: 22154		Word Tokens: 397252		Search Hits: 0		
2 A rádio na internet,		Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)			
3 As manhas informati								
4 As potencialidades e		493	100	redacção				
5 O diálogo entre a rá		494	99	boa				
6 O efeito da socieda		495	99	cerca				
7 RFI África em portu		496	99	deputados				
8 Manual de jornalis								
9 A Informação Radi								

Figura 5 - Dados obtidos da frequência "redacção"

AntConc 3.4.4w (Windows) 2014

Corpus Files		Concordance	Concordance Plot	File View	Clusters/N-Grams	Collocates	Word List	Keyword List
1 A Contribuição da R		Word Types: 22154		Word Tokens: 397252		Search Hits: 0		
2 A rádio na internet,		Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)			
3 As manhas informati								
4 As potencialidades e		843	57	redação				
5 O diálogo entre a rá		844	57	serão				
6 O efeito da socieda		845	57	sonoro				
7 RFI África em portu		846	57	the				
8 Manual de jornalis		847	57	universidade				
9 A Informação Radi								

Figura 6 - Dados obtidos da frequência “redação” tendo em conta o AO90

À partida, a frequência é um dos indicadores de que uma determinada forma seja um possível candidato a termo. Assim, ao observarmos a lista de frequência das formas foi-nos possível identificar algumas formas em línguas estrangeiras que mais vezes ocorrem no *corpus*

Encontramos diversas formas em inglês, desde as formas adaptadas à língua portuguesa até às não adaptadas ao português, aquelas que são dicionarizadas e as que não são como: “online” forma que mais vezes ocorre no *corpus* (*freq.* 138) e está na posição 339, “gatekeeper”,

²⁴Ordena e apresenta o posicionamento das formas no *corpus*, do mais elevado ao menos elevado.

²⁵Indica o número de vezes que as formas ocorrem no *corpus*.

“lead”, “play list”, “pivot”, “agenda setting”, “streaming” de entre outros.

Observemos dois exemplos de formas em inglês nas figuras abaixo, uma dicionarizada “online” e outra não dicionarizada “streaming”.

AntConc 3.4.4w (Windows) 2014

File	Global Settings	Tool Preferences	Help
Corpus Files	Concordance	Concordance Plot	File View
1 A Contribuição da R	Clusters/N-Grams	Collocates	Word List
2 A rádio na internet, i	Keyword List		
3 As manhas informati	Word Types: 22154	Word Tokens: 397252	Search Hits: 1
4 As potencialidades e	Rank	Freq	Word
5 O diálogo entre a rá	339	138	online
6 O efeito da socieda	340	138	pois
7 RFI África em portu	341	138	texto
8 Manual de jornalis	342	138	ver
9 A Informação Radi			

Figura 7 - Dados obtidos da frequência "online"

Gostávamos de salientar que a forma “online” é grafada no *corpus* de duas formas diferentes. Sem o hífen “online” e com o hífen “on-line”. Mas, por questões de frequência no *corpus*, optámos por trabalhar com a forma sem o hífen, uma vez que a forma com o hífen ocorre uma única vez no *corpus* como ilustrado na figura a baixo.

AntConc 3.4.4w (Windows) 2014

File	Global Settings	Tool Preferences	Help
Corpus Files	Concordance	Concordance Plot	File View
1 A Contribuição da R	Clusters/N-Grams	Collocates	Word List
2 A rádio na internet, i	Keyword List		
3 As manhas informati	Concordance Hits 1		
4 As potencialidades e	Hit	KWIC	
5 O diálogo entre a rá	1	uíam por exemplo a emissão on-line e a programação diária. Do	
6 O efeito da socieda			
7 RFI África em portu			
8 Manual de jornalis			
9 A Informação Radi			

Figura 8 - Dados obtidos da frequência “on-line” com hífen

A figura a seguir dá-nos informações da distribuição da forma “streaming” no *corpus*, localizada na posição 2326 esta forma ocorre 19 vezes no *corpus* de análise.

AntConc 3.4.4w (Windows) 2014

File	Global Settings	Tool Preferences	Help
Corpus Files	Concordance	Concordance Plot	File View
1 A Contribuição da R	Clusters/N-Grams	Collocates	Word List
2 A rádio na internet, i	Keyword List		
3 As manhas informati	Word Types: 22154	Word Tokens: 397252	Search Hits: 1
4 As potencialidades e	Rank	Freq	Word
5 O diálogo entre a rá	2326	19	streaming
6 O efeito da socieda	2327	19	sábado
7 RFI África em portu	2328	19	teriam
8 Manual de jornalis	2329	19	terminar
9 A Informação Radi			

Figura 1 - Dados obtidos da frequência "streaming"

Obtidas essas informações que comprovam a existência de formas estrangeiras no *corpus* do domínio da redacção radiofónica, surge a necessidade de observar como essas formas estão distribuídas no *corpus* e qual a sua função dentro do contexto em que são utilizadas. A seguir, fizemos o levantamento das formas estrangeiras mais relevantes e com a utilização da função *Concordance*²⁶, verificamos a probabilidade de determinada forma ser ou não um candidato a termo.

2.5.2 Concordância

É nesta fase que começa a análise linguística do *corpus*. E a mesma é possível no uso das funções como *concordance*, *concordance plot*²⁷ e *clusters/N-Grams*²⁸.

A concordância é útil porque possibilita observar as ocorrências de uma forma dentro de um contexto, a sua relação com as unidades linguísticas circunjacentes e as suas colocações dando-nos indicações se a forma extraída tem probabilidades de ser um candidato a termo da especialidade ou não.

Assim sendo, vamos, nos próximos passos, demonstrar o exercício de verificação e identificação das formas simples ou compostas do *corpus*, utilizando para tal a função *concordance*.

Primeiramente, com a função *search term*, pesquisamos a forma “*online*”. Seguidamente seleccionamos a função *concordance* e obtém-se os resultados que podem ser observados na figura que se segue:

²⁶É uma lista ordenada de contexto-automático, extraídos em torno de uma forma pólo, possibilitando ainda a extracção de termos (simples e compostos), fraseologias e colocações de especialidade do domínio em estudo.

²⁷Faz a contagem da forma seleccionada em todo o *corpus* informando quantas vezes determinada forma ocorre nos diferentes textos do *corpus*.

²⁸Possibilita, em torno de uma forma pré-seleccionada, observar com exaustividade e extrair as combinatórias frequentes da forma fora do contexto, ou seja, não contextualizada.

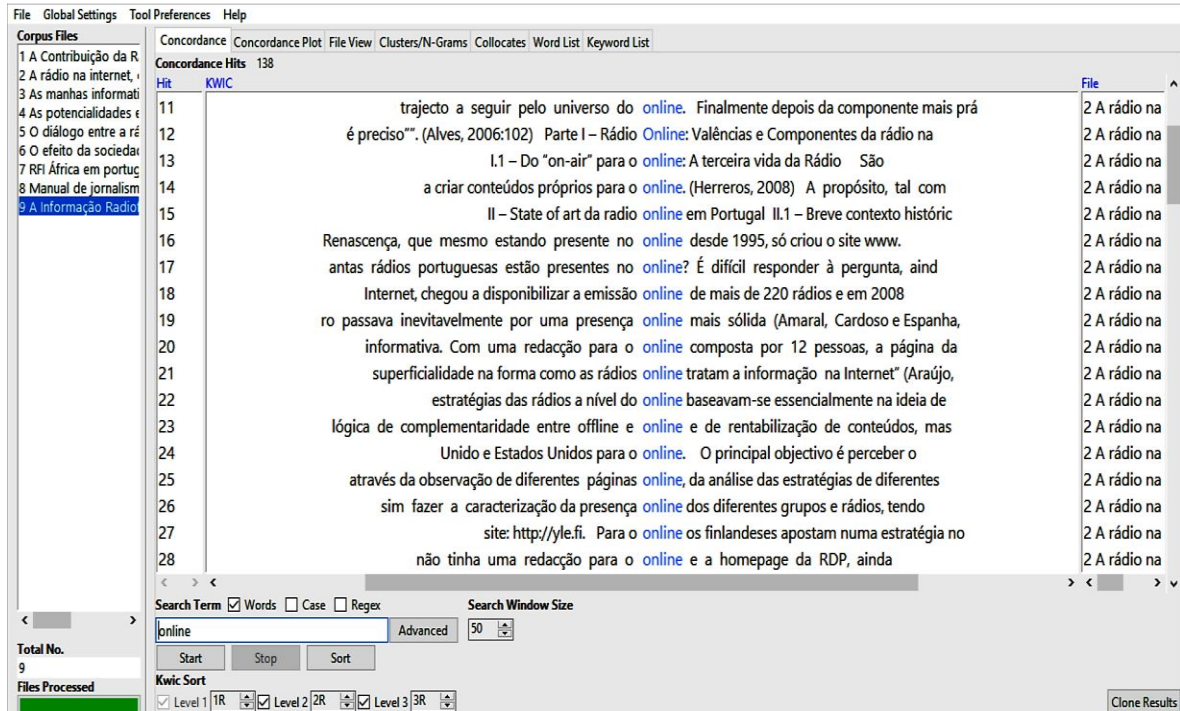


Figura 2 - Concordância da forma "online"

Observámos as formas coocorrentes que se encontram à direita e à esquerda da forma de busca “online” ou seja, nas formas circundantes da forma pólo. Observámos que a maior parte das combinações relevantes para esta forma ocorrem com as formas colocadas à sua esquerda:

- Posição 10 – “rádio online”
- Posição 18 – “emissão online”
- Posição 59 – “transmissão online”
- Posição 65 – “jornalismo online”

Como veremos no capítulo IV, a forma “online” quando aplicada ao domínio rádio, e transposto literalmente para o português, apresenta alguns problemas quanto à sua designação.

A seguir, verificámos em que momento é que nos textos radiofónicos a forma “streaming” é aplicada:



Figura 3 - Concordância da forma "streaming"

A partir desta concordância, identificámos as seguintes combinatórias:

- Posição 1 – “emissão em streaming”
- Posição 13 – “sistema de áudio-streaming”
- Posição 18 – “transmissão online em streaming”

Ao analisarmos estas combinatórias verificámos que as mesmas formam, de um ponto de vista morfosintático, termos compostos. Antes gostaríamos de esclarecer o que se entende por termo. Segundo a norma ISO 704 (2004, p. 34) um termo “est une désignation composée d'un ou de plusieurs mots et représentant un concept général dans une langue de spécialité dans un domaine particulier. Un terme simple ne contient qu'une seule racine alors qu'un terme complexe contient deux racines ou plus.” Sager (1990, p. 57) define o termo como sendo “the linguistic representation of concepts”. Assim, o termo é a designação verbal de um conceito que para Pavel e Nolet (2000, p. 20) possuem um conjunto de estruturas morfológicas e lexicais como substantivos que podem ser (simples, derivados ou compostos) verbos, sintagmas nominais, adjetivais e acrónimos.

Assim, por conter uma só unidade linguística, um exemplo de termos simples seria: “*online*” e “*streaming*”.

E pelo número de unidades que compõem o seguinte termo: “transmissão online em streaming” – Nome + Nome (estrangeira) + Conjunção + Nome (estrangeira), seria então classificado como um termo composto.

Dado que um termo é uma designação (que de um ponto de vista morfossintático é composta por uma e/ou mais unidades) que remete para um conceito específico pertencente a um domínio particular, iremos no capítulo seguinte procurar entender os termos que têm a particularidade de serem estrangeirismos.

CAPÍTULO III – ESTRANGEIRISMOS, EMPRÉSTIMOS E NEOLOGIA POR EMPRÉSTIMO

3.1 Breve considerações sobre os estrangeirismos

A importação de estrangeirismos na língua portuguesa não é um fenómeno recente. É notável a frequência com que os estrangeirismos surgem e se instalam com maior incidência nos meios de comunicação social, provavelmente por causa do grande avanço tecnológico que temos vindo a constatar nos últimos tempos.

O estrangeirismo até se tornar parte integrante de determinado sistema linguístico passa por 4 fases como apontam Andrade e Lopes (1997, p.79) denominadas preambular, peregrinismo, neologismos de importação e empréstimo:

Fase 1 – preambular: “em que ainda não existiria uma conformidade real da palavra com o sistema da língua de acolhimento”;

Fase 2 – peregrinismo que consiste na “procura ainda instável, através de várias tentativas entre as formas ortográficas concorrentes”;

Fase 3 – neologismo de importação onde “a lexia já se conformou em grande parte com os vários níveis: ortográfico, morfológico, fonológico, sintáctico, semântico e tipográfico, mantendo ainda um sentido de novidade”;

Fase 4 – empréstimo, em que o elemento linguístico “deixa de ser sentida como um corpo estranho ao acervo lexical da língua receptora”.

Os autores ressaltam ainda que essa integração lexical num sistema alheio ao seu é contínua e raramente feita de forma homogénea. Ou seja, a integração de determinada unidade linguística acontece de diversas formas, ela pode estar integrada do ponto de vista gráfico, mas não estar integrada do ponto de vista fonológico e assim por diante.

Alves (cf. 2002, pp.72-77) também é de opinião que a entrada de determinada unidade lexical do sistema A para o sistema B passa por vários processos até à sua integração como neologismo por empréstimo²⁹. A autora refere ainda que este processo se manifesta de três formas:

²⁹No ponto 3.4 vamos falar um pouco mais sobre este fenómeno

1º - pela inserção do estrangeirismo numa determinada língua, ou seja, pela inserção do estrangeirismo do sistema linguístico A para o sistema linguístico B;

2º - pela tradução literal do termo estrangeiro, também denominado decalque, que poderá acontecer de formas alternadas, em que ora é empregada a unidade lexical estrangeira, ora a tradução portuguesa. No nosso *corpus* foi possível observar essa alternância uma vez que constatámos que a forma em inglês “*e-mail*” com uma *freq* 40 e a forma em português “correio electrónico” com uma *freq* 5 concorrem entre si;

3º - pela integração do neologismo por empréstimo que pode manifestar-se através da adaptação gráfica, morfológica ou semântica. Desta feita, Alves refere ainda que a adaptação gráfica do vocábulo estrangeiro ao sistema português não constitui uma regra, uma vez que a forma gráfica integrada ao português chega muitas vezes a concorrer com o elemento grafado de acordo a língua de origem. As formas “*lead*” (ing) *freq* 37 e “*lide*” (pt) *freq* 4 são exemplos retirados do *corpus* que concorrem uma com a outra nos mesmos textos apesar do termo em inglês apresentar maior frequência.

3.2 Estrangeirismos, importação ou empréstimos?

De uma forma geral, diríamos que estrangeirismos são unidades lexicais estrangeiras que passam do léxico de uma língua para o léxico de uma outra língua. Baseando-nos na bibliografia utilizada para este estudo, percebemos que não há um consenso entre os diversos autores sobre o assunto.

A par de estrangeirismo encontramos denominações como empréstimo, importação e apropriação linguística, entretanto autores há que as utilizam como se fossem sinónimos (Medina, 2003, p. 143) e outros que as diferenciam (Andrade e Lopes, 1997, p.79) uns dos outros. Destas denominações, as mais usuais são o estrangeirismo e o empréstimo linguístico.

À partida, tomemos como exemplo o que nos diz o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001):

Empréstimo – vocábulo ou expressão que uma língua adopta de outra.

Estrangeirismo – palavra, elemento de palavra ou construção gramatical que pertence a uma língua estrangeira e é adoptada na língua nacional.

Wüster (1998, p.111) define empréstimo como as “palabras adoptadas de una lengua extranjera, en un pasado reciente o en el presente” e apresenta três tipos de empréstimos: os recentes ou não assimilados, os assimilados e os efémeros. O autor realça ainda que “no existe una delimitación clara entre los préstamos recientes y los préstamos assimilados”.

Recorrendo a Cabré (1993), verificamos que a autora também distingue três tipos de empréstimos. Os de origem greco-latina chamados de cultismo, os provenientes de outros dialectos geográficos ou sociais e de registos temáticos da mesma língua e por último os que provêm de outra língua histórica actual que são denominados por empréstimos e que a autora define como “formaciones léxicas que provienen de un sistema lingüístico ajeno y que las lenguas pueden haber incorporado consciente o inconscientemente” (1993, p.183).

Para Andrade e Lopes (1997: p.78) “o estrangeirismo insere-se, conceptualmente, dentro do quadro geral de um fenómeno linguístico complexo - o empréstimo linguístico - fenómeno esse que consiste na passagem de elementos (morfemas, lexias, regências, acepções) de um sistema A para um sistema B”. Para estes autores está-se perante empréstimos linguísticos quando a passagem de elementos se dá no mesmo sistema linguístico, o qual denominam por empréstimo interno e de estrangeirismo quando um sistema linguístico A introduz elementos na língua B, o que denominam por empréstimo externo.

Alves (1998, p.3) também diferencia estes dois termos e é de opinião que o estrangeirismo é um “termo ou expressão sentidos como externos à língua portuguesa. O estrangeirismo que está se instalando é um verdadeiro neologismo e somente se tornará empréstimo quando não mais for sentido como estranho ao sistema da língua, mesmo que conserve a ortografia da língua de que procede”

Já Garcez e Zilles (2004, p.15) definem estrangeirismo como “o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas”.

Medina (2003, p.148) refere-se ao estrangeirismo como sendo “uma unidade lexical importada de outra língua, mais ou menos sem modificações, ou uma unidade lexical que pela sua fonética, acentuação ou ortografia denuncia uma origem não-portuguesa”.

Rodrigues (1992, p. 99) acrescenta que a “adaptação de um vocábulo de uma língua B ao sistema lingüístico de uma língua A é um caso de empréstimo, enquanto que o estrangeirismo consiste na adoção do vocábulo da língua B em sua forma original”.

Já Fontana e Vallduví (1990: p.174) falam unicamente do empréstimo linguístico caracterizando-o como “aquellas disciplinas que de una u otra manera se interesan por los efectos del contacto entre distintas lenguas en el léxico de las lenguas en cuestión”

Fica claro a falta de consenso entre os autores sobre estes dois termos. Mas também é possível observar as teorias que cada um deles apresenta para justificar a utilização de uma ou outra aceção.

Assim, questionamo-nos quando é que estamos perante um estrangeirismo e quando é que estamos perante um empréstimo linguístico?

3.3. Estrangeirismo

Andrade (2001, p.35) considera que o fenómeno empréstimo linguístico “do ponto de vista conceptual e denominativo, não se encontra, de forma alguma, normalizada, não possibilitando, por vezes, uma comunicação clara, explícita e eficaz entre especialista e aprendizes”. Para que a comunicação seja clara e eficiente, a autora propõe, do ponto de vista conceptual e denominativo, uma terminologia adequada para o fenómeno considerado empréstimo linguístico e diferencia as denominações importação, empréstimo e estrangeirismos, como poderemos observar no parágrafo que se segue:

Importação – unidade importada que se adaptou ao sistema da língua de acolhimento;

Empréstimo – processo que consiste na passagem de uma unidade lexical de um registo A para um registo B e estes estariam subdivididos em empréstimos internos e externos;

Estrangeirismos – unidade lexical estrangeira, que permanece, do ponto de vista ortográfico e morfológico, grafada como na língua de origem, não tendo sofrido qualquer alteração nesses níveis (cf. p.39).

Para melhor representar a sua proposta, Andrade (p.40) apoia-se nas teorias de Correia (1999) e apresenta um quadro representativo da hierarquia de conceitos relacionados com a terminologia do empréstimo linguístico no português europeu, elaborado por Correia (1999, p.240), como podemos observar na imagem que se segue.

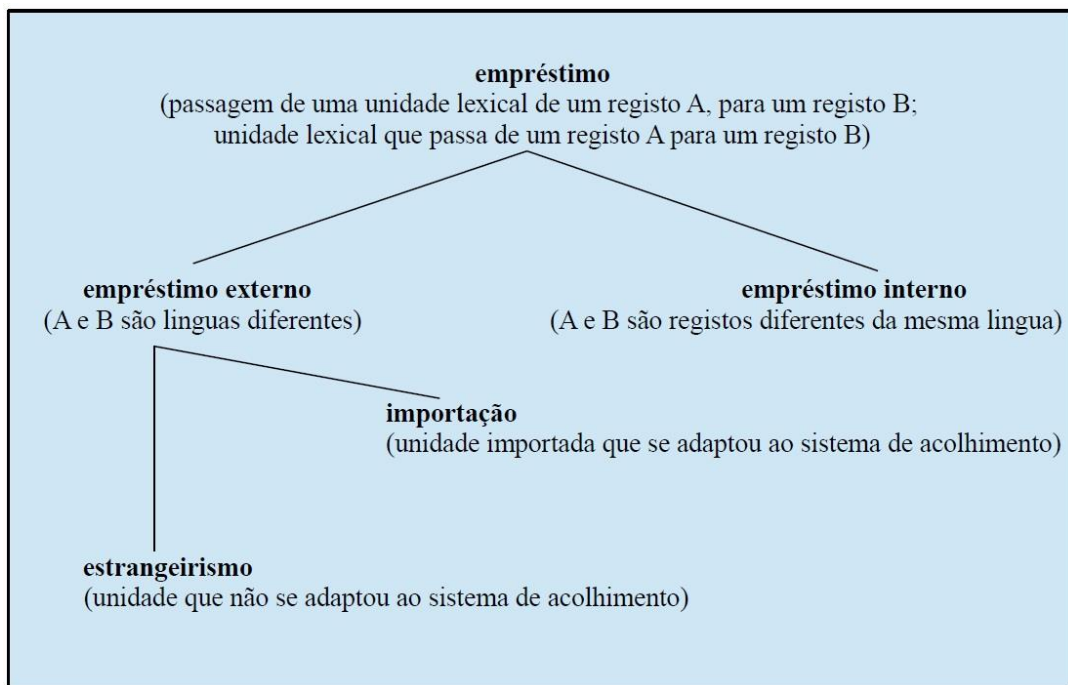


Figura 4 - Representação hierárquica de tipos de empréstimo elaborado por Correia

Porque concordamos com a distinção que a autora apresenta, nesta investigação vamos utilizar os termos estrangeirismos, empréstimos e importação segundo as denominações propostas por Correia (1999).

Consideram-se estrangeirismos todas as formas que são utilizadas na língua de chegada tal como na língua de origem, ou seja, as que não sofreram nenhum tipo de adaptação, seja fonética, ortográfica e semântica, como são os casos de “*streaming*”, “*gatekeeper*”, “*delay*”, etc.

Por importação entendemos todas as formas que sofreram algum tipo de transformação para se adaptar à realidade da nova língua, e muitas delas já dicionarizadas, como por exemplo, “*mass media*”, um anglicismo que sofreu uma redução e adaptação a nível da grafia e da fonética para o aporuguesamento “*média*”. “*Lead*” é outra importação do inglês. A sua adaptação ao português aconteceu ao nível da grafia, mantendo a sua fonética como a língua de origem “*lide*”.

Outro anglicismo muito utilizado pelos redactores de rádio é o termo “*dossier*” de origem francesa que sofreu uma adaptação a nível da sua estrutura morfológica, passando, deste modo, para “*dossiê*”.

Por empréstimos consideramos todas as formas que apesar de não terem sofrido nenhuma transformação a nível gráfico, fonético ou semântico, foram dicionarizadas e traduzidas literalmente para o português, ou seja, foram decalcadas, tais como:

“*online*” é um anglicismo para o qual se propõe um equivalente para português: “em linha”;

“*email*” é outro empréstimo preferencialmente utilizado em detrimento do termo em português “correio electrónico” ou ainda “endereço electrónico” (não remetendo em português para a mesma realidade);

“*site*” outro anglicismo tomado como empréstimo apesar de coocorrer com o termo português “sítio”.

Para determinarmos se uma forma é um estrangeirismo, uma importação ou um empréstimo optámos por verificar se a forma em observação já tinha sido dicionarizada. Para tal tarefa, consultámos o Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa (ed. 2001), o Grande Dicionário Houaiss (ed. 2015) e o Dicionário electrónico da Priberam³⁰.

Vimos que o estrangeirismo apresenta diferentes denominações e optamos pela proposta de Correia (1999) por parecer-nos a mais clarificadora.

Neste estudo, identificámos um outro termo utilizado por Alves (2002) e que referimos no **ponto 3.1**, a saber, “neologia por empréstimo” que iremos abordar no ponto seguinte. Importa ainda referir que uma vez que o objectivo do nosso estudo não se foca na neologia, mas sim nos estrangeirismos terminológicos, não abordaremos em profundidade as questões ligadas à neologia. No entanto, é importante, neste estudo, abordarmos, de forma superficial, alguns aspectos relacionados com a neologia, pelo facto de a rádio ser também responsável pela criação de muitos neologismos por empréstimos e de neologismos terminológicos.

3.4. Neologismos por empréstimo

Para percebermos o que são neologismos por empréstimo precisamos antes de saber o que se entende por neologia. Em termos gerais, Cabré (1993, p.443) afirma que a neologia “es la

³⁰<https://www.priberam.pt/Produtos/Dicionario.aspx>

materia que se ocupa de los aspectos relativos a los fenómenos nuevos que aparecen en las lenguas”.

Os processos neológicos acontecem em todas as línguas e estes formam parte da competência dos seus falantes. É por este motivo que se verificam diferentes criações neológicas nos distintos tipos de neologia. De entre os factores que determinam essas diferenças neológicas estão: “el tipo de neologismo, el ámbito de utilización, la estructura denominativa interna de cada ámbito, etc.” (Cabré: 2000, p. 94)

Rey (1995, p. 64) apresenta uma definição muito sucinta de neologismo como sendo “a lexical unit perceived as recent by language users”. O autor distingue três tipos de neologia: “formal, semantic or pragmatic” (p. 68), dos quais Correia (1998, p.70) viria a apoiar-se e caracteriza-los da seguinte forma:

Formal - “quando o neologismo apresenta uma forma não atestada no estágio anterior do registo de língua (ex.: derivados e compostos novos, palavras de origem estrangeira)”;

Semântica - “quando o neologismo corresponde a uma nova associação significado-significante, isto é, uma palavra já existente adquire uma nova aceção”;

Pragmática - “quando a neologia resulta da passagem de uma palavra previamente usada num dado registo para outro registo da mesma língua. A novidade pragmática implica, normalmente, novidade semântica”.

Costa (1998, pp. 212-215) refere que a criação neológica “enquanto unidade lexical, funcional e pragmática surge devido à necessidade sentida por uma comunidade linguística, em designar conceitos e realidades novas”. Cabré *et al* (2000, p. 94) ao abordarem questões relativas à avaliação e vitalidade da língua através da neologia, apresentam quatro tipos de neologia a saber: neologia espontânea, neologia planificada, neologia geral e neologia especializada ou neónimia. Os autores apontam esta última como sendo “propia de los ámbitos de especialidade” e que entre esta neologia e a neologia geral “propia de la lengua común” não há uma fronteira nítida “sino la misma gradación que se da entre las palabras y los términos”. Os autores apontam os especialistas de uma matéria específica como os agentes responsáveis pela criação de neónimos ou neologia terminológica e também os mediadores da comunicação especializada. É sobre a neologia terminológica que nos vamos debruçar nas próximas linhas.

3.4.1 Neologia terminológica

Já vimos que a neologia é um processo que surge da necessidade de denominação de novos conceitos ou objectos. E este processo pode ser criado de forma espontânea, pelos falantes da sociedade, ou de forma estudada e controlada, por um grupo de especialistas. A criação neológica feita de forma estudada e controlada por especialistas de diferentes domínios científicos é aqui considerada como neologia terminológica ou neónimo.

Segundo Cabré (cf. 1993, p.447) do ponto de vista da sua função, os neónimos classificam-se em referenciais (porque denominam novos conceitos) e expressivos (porque introduzem novas formas expressivas na comunicação) e devem ter as seguintes características: devem ser unívocos, monorreferenciais e pertencer a um domínio de especialidade. Devem ainda ser necessários, priorizar a formação sintagmática e serem estáveis. Por outro lado, devem aproveitar os formantes internacionais de cada disciplina, caso existam.

Um outro factor importante na criação da neologia terminológica é que, esta deve estar de acordo com o sistema linguístico da língua em que é criada tendo em conta aos factores socioeconómicos, culturais e as políticas do país que irá utilizar essa terminologia.

Dentro dos estrangeirismos que são considerados neologismos terminológicos, encontramos os neologismos híbridos que são formados por composição, através da junção de uma ou mais lexias do sistema linguístico vernáculo com outra de um sistema linguístico estrangeiro. Como apontam Desmet *et* Sablayrolles (2014, p.33) “les composés hybrides ont intérêt à en être distingués puisqu’ils mêlent des éléments hétérogènes, anciens et modernes”.

Vejamos dois exemplos retirados do nosso *corpus* de análise:

1º- “jornalismo *online*” – N + N (empréstimo)

2º- “ciberjornalismo” – N (empréstimo “*ciber*”) + N

Estes dois neologismos são classificados de híbridos pelo facto de serem compostos por uma unidade pertencente à língua portuguesa e por uma unidade pertencente à língua inglesa. Por exemplo, na 1º estrutura, o segundo N, “*online*” além de ser um empréstimo externo, neste caso do inglês, é também um empréstimo interno, na medida em que é uma unidade importada da tecnologia ligada à internet e utilizada também pela rádio. O mesmo caso sucede com a segunda estrutura aqui exemplificada.

Estes processos terminológicos além de resultarem na criação e na readaptação de novos termos que vão surgindo nas diversas áreas profissionais, permitem também verificar o progresso de determinado campo de especialidade e segundo Cabré (cf. 1993, p. 445) permitem ainda controlar as denominações estrangeiras.

Pruvost et Sablayrolles (2003, p.54) referem que a aparição de novos objectos ou conceitos, seguido do progresso do conhecimento ou da técnica constitui “le principal argument en faveur des néologismes, même pour les puristes”. Pois para haver uma comunicação mais eficaz entre a comunidade de especialistas e destes com o público é fundamental a construção de um conhecimento especializado que passa também pelos processos neológicos.

Pelo que podemos constatar, percebe-se que a necessidade de denominar novas realidades e/ou conhecimentos, faz com que muitas vezes estes vocábulos emprestados e/ou importados, quando utilizados na língua de partida, por motivos elitistas, denominativos ou comunicacionais, sofrem algumas transformações quer a nível morfológico, fonológico, sintáctico e/ou semântico originando novas unidades lexicais que segundo Cabré (1993, p.443) é um processo “evidentemente necesaria en los dominios de especialidade donde la aparición constante de nuevos conceptos requiere una actividad neológica permanente”.

E Rojas (2004, p.37) ao citar Kocourek (1991), afirma que “Según el nivel de adecuación del significado en relación con el discurso, el préstamo es léxico o terminológico”. Deprendemos com isto que nem todas as unidades importadas consideram-se termos da área importadora, pois dependendo da área em que esse estrangeirismo for utilizado ele poderá ser um estrangeirismo lexical ou terminológico. E é sobre os empréstimos terminológicos que nos vamos focar no próximo ponto.

3.5 Empréstimos terminológicos

No âmbito do nosso estudo, daremos atenção ao conjunto de termos estrangeiros utilizados pelos redactores de rádio, ou seja, os empréstimos terminológicos utilizados por estes profissionais no seu dia-a-dia.

Vimos no ponto acima que o empréstimo pode ser lexical ou terminológico. A diferença entre um e outro reside na adequação do significado relativamente ao domínio em que é aplicada

a unidade estrangeira importada, ou seja, para que um determinado estrangeirismo seja considerado um empréstimo terminológico é necessário que tenha um sentido referencial na construção dos discursos do domínio aonde ele é aplicado. Para sermos mais precisos, diríamos que é primordial que o especialista não só active conhecimento ao utilizar o empréstimo terminológico nos discursos como também esse conhecimento deva ser partilhado pela comunidade de especialistas aonde ele está inserido.

É um facto que o país que importa tecnologia importa terminologia. Portanto, uma vez que a RNA, tal como outros meios de comunicação, utiliza grande parte da tecnologia desenvolvida pela informática, é natural que os seus profissionais ao utilizarem essa tecnologia utilizem consequentemente a terminologia que a acompanha, no caso, os anglicismos.

Mas, será válido importar toda a terminologia que essa tecnologia transporta? Não teremos termos em português que representem o conhecimento por detrás da tecnologia importada? Muitos desses termos identificados no *corpus* são importados por necessidades denominativas ou são opções elitistas? Procuraremos dar respostas a essas inquietações no capítulo V.

Importa referenciar que os estrangeirismos são proveniências de diferentes territórios e segundo a sua origem tanto podem ser latinismos, germanismos, galicismos, anglicismos, entre outros. E como grande parte dos estrangeirismos identificados no nosso *corpus* são de origem inglesa é sobre os anglicismos que iremos discorrer no próximo ponto.

3.6 Anglicismos

Como acabamos de referir, por anglicismo entendem-se todas as unidades lexicais tomadas por empréstimo da língua inglesa. Entende-se, assim, os anglicismos como palavras ou expressões de origem inglesa e que fazem parte do léxico de outras línguas.

O inglês é a língua da tecnologia e da economia. Concordamos com Rojas (2004, p. 45) quando afirma que “Hoy día, el inglés se ha convertido en la lengua vehicular por excelencia para la comunicación internacional, una especie de lengua franca, que simplifica y facilita la comunicación entre personas que no la tienen como primera lengua, pero que por razones profesionales, entre otras, se comunican a través de ella. a sua influencia esta na ciencia e

tecnologia”.

Ficamos com a ideia de que o estrangeirismo e, nesse caso o anglicismo, é um elemento enriquecedor do léxico de um determinado sistema linguístico quando na língua onde se integram não possui os termos adequados para exprimir determinado conhecimento, suprimindo e facilitando deste modo a troca de informação entre os especialistas.

Sendo que a “média” é uma das áreas também portadora de muita tecnologia, é natural que, conseqüentemente, importe os termos que essa tecnologia acarreta. Daí a necessidade e a importância de estudar estes neologismos terminológicos que entram para os diferentes domínios de especialidade coocorrendo muitas vezes com os termos já existentes.

É importante ainda referir que o estudo dos estrangeirismos, num contexto como Angola, torna-se pertinente pelo facto de até ao momento não termos verificado nenhuma pesquisa sobre este assunto.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DO EMPRÉSTIMO “ONLINE” E DO ESTRANGEIRISMO “STREAMING” E PROPOSTA DE BASE DE DADOS TERMINOLÓGICA E ÁUDIO MULTILINGUE DA RNA

4.1 Enquadramento

Neste quarto e último capítulo vamos fazer uma abordagem mais profunda à problemática do anglicismo “*online*” e do termo “em linha” no domínio da rádio. Faremos ainda uma apreciação sobre a utilização do estrangeirismo “*streaming*” pelos profissionais da rádio que culminará com a proposta de uma base de dados terminológica e áudio multilingue.

4.1.1 “*online*” e “em linha”

O termo inglês “*online*” é um empréstimo externo que surge no *corpus* cujo domínio será a Internet. Uma vez que as rádios recorrem ao fluxo de dados, e que tal facto tornou de certa forma mais estreita a interacção dos profissionais de rádio com os seus ouvintes, por questões denominativas, o termo foi então importado pelo domínio rádio.

A confusão terminológica no domínio da rádio, ou seja, a ambiguidade do termo acontece quando o termo “*online*” é usado como equivalente de “em linha”. A ambiguidade advém, pelo facto de “*online*” e “em linha” reflectirem duas realidades diferentes. Para os profissionais da informática “*online*” e “em linha” podem ter o mesmo referente, como podemos observar na imagem abaixo retirada do dicionário electrónico da Priberam:

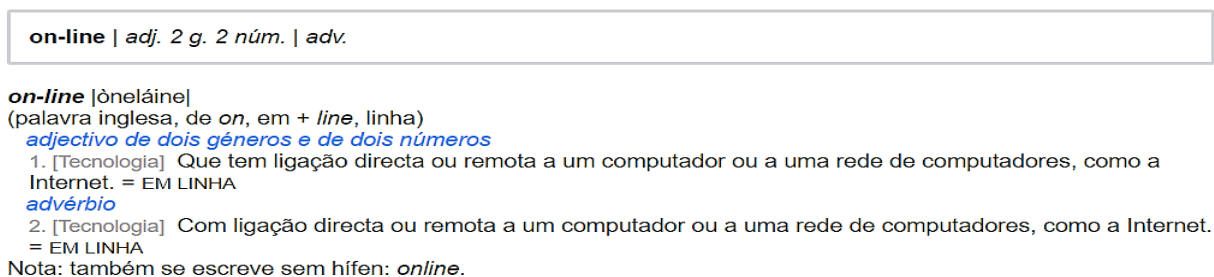


Figura 5 – Screenshot da entrada “*online*” do Dicionário electrónico da Priberam³¹

³¹Acedido em <https://www.priberam.pt/dlpo/online> aos 20 de Abril de 2017

Para um maior esclarecimento sobre a ambiguidade causada no domínio da redacção radiofónica relativamente a este empréstimo linguístico, recorremos a outros dicionários: Primeiro, ao Dicionário Prático de Informática que na sua 1ª acepção refere o seguinte: “relativo a um dispositivo ou programa de computador que se encontra activado e pronto para funcionar; que pode comunicar com outro computador ou ser controlado por ele” (Microsoft: 2000, p.239).

Em seguida, consultámos o Dicionário Breve da Informação e da Comunicação que define o termo “*online*” como: “modalidade de consulta de mensagens e de toda a espécie de dados multimédia através da conexão às redes multimédia” (Rodrigues: 2000, p.92). Neste mesmo Dicionário não há nenhuma entrada relacionada ao equivalente em português “em linha”.

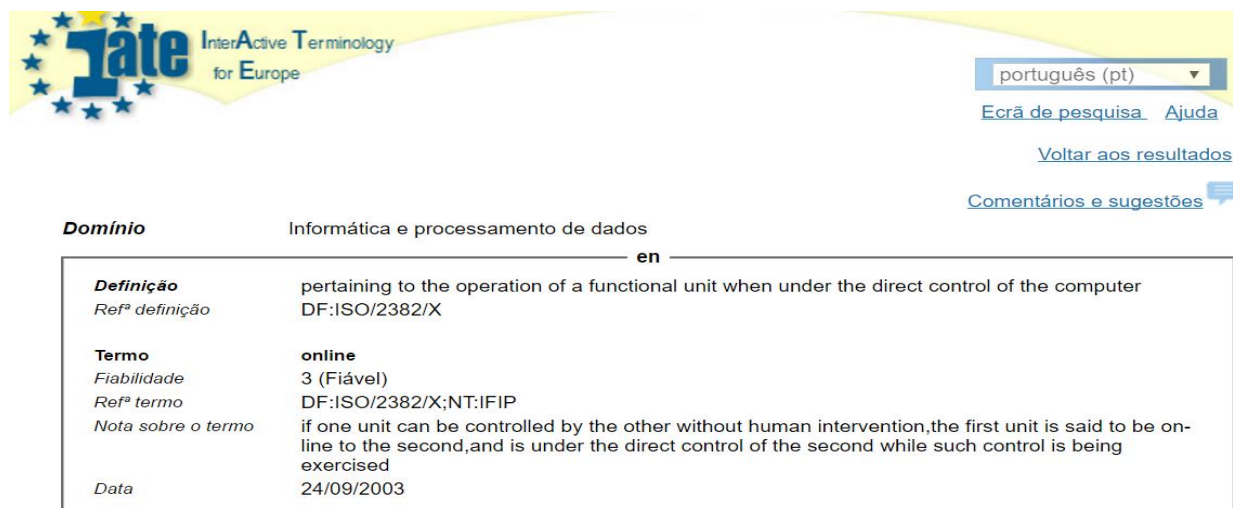
Recorremos, por último ao Dicionário da Academia de Ciências e aí encontramos várias acepções, não para o termo “em linha”, mas para **linha**³² que é definido como “sistemas de fios através do qual se estabelece a comunicação telefónica ou telegráfica”. O termo “em linha”, neste dicionário, remete-nos para a entrada “*online*” e refere “que está ligado à rede” (2001, p. 2276).

Ao fazermos uma pesquisa minuciosa na base de dados terminológica multilingue da União Europeia IATE (InterActive Terminology for Europe)³³ verificámos que as várias acepções disponíveis de “*online*” se referem exclusivamente ao domínio da informática como é possível observar na imagem³⁴ que se segue:

³²Uma vez que não podemos marcar esta entrada como um termo, por forma a facilitar a compreensão da leitura, optamos por colocar a entrada a negrito. A sua presença no texto serve meramente para ilustrar que termo é utilizado quando se estabelece uma comunicação telefónica.

³³O IATE é uma base de dados inter-institucional da União Europeia que contém a terminologia utilizada nos seus documentos oficiais e está disponível em: <http://iate.europa.eu/switchLang.do?success=mainPage&lang=pt>

³⁴Gostávamos de referenciar que ao longo da pesquisa que efectuamos nesta base não foi possível localizar no domínio da comunicação e em português o termo “*online*”. No domínio da comunicação, “*online*”, surge apenas como parte de um termo composto híbrido.

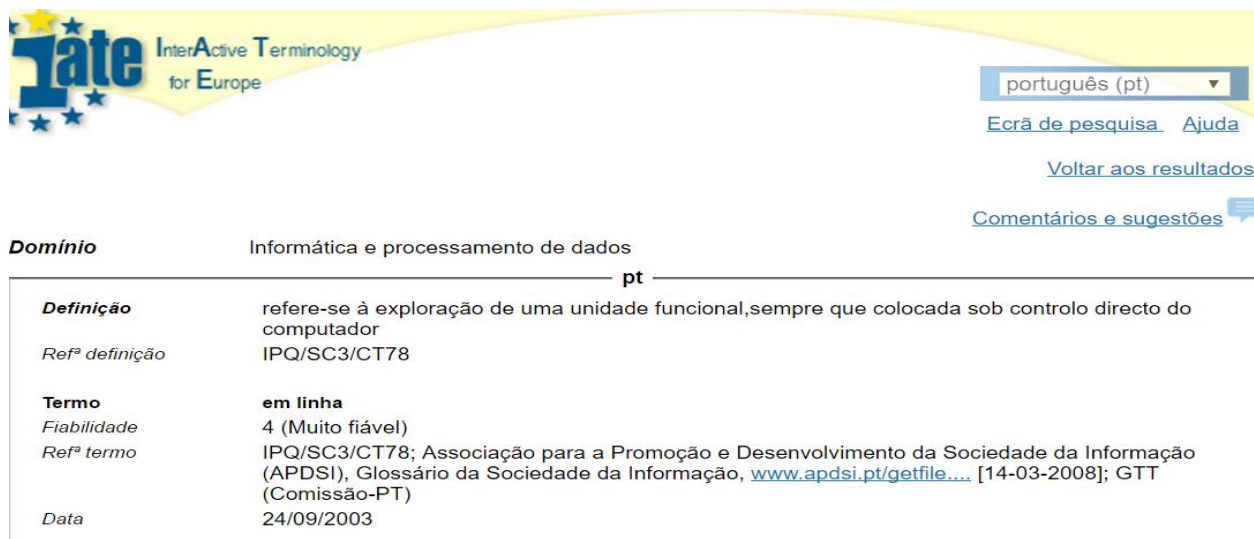


The screenshot shows the IATE website interface. At the top left is the IATE logo. At the top right, there is a language dropdown menu set to 'português (pt)' and links for 'Ecrã de pesquisa', 'Ajuda', 'Voltar aos resultados', and 'Comentários e sugestões'. Below the header, the domain 'Domínio' is set to 'Informática e processamento de dados'. The entry for 'online' is displayed in a table format.

en	
Definição	pertaining to the operation of a functional unit when under the direct control of the computer
<i>Refª definição</i>	DF:ISO/2382/X
Termo	online
<i>Fiabilidade</i>	3 (Fiável)
<i>Refª termo</i>	DF:ISO/2382/X;NT:IFIP
<i>Nota sobre o termo</i>	if one unit can be controlled by the other without human intervention,the first unit is said to be on-line to the second,and is under the direct control of the second while such control is being exercised
<i>Data</i>	24/09/2003

Figura 6 - Base terminológica IATE para a entrada "online"

Na mesma base terminológica pesquisamos também o termo “em linha” e obtivemos apenas resultados no domínio da informática como ilustrado na imagem abaixo:



The screenshot shows the IATE website interface. At the top left is the IATE logo. At the top right, there is a language dropdown menu set to 'português (pt)' and links for 'Ecrã de pesquisa', 'Ajuda', 'Voltar aos resultados', and 'Comentários e sugestões'. Below the header, the domain 'Domínio' is set to 'Informática e processamento de dados'. The entry for 'em linha' is displayed in a table format.

pt	
Definição	refere-se à exploração de uma unidade funcional,sempre que colocada sob controlo directo do computador
<i>Refª definição</i>	IPQ/SC3/CT78
Termo	em linha
<i>Fiabilidade</i>	4 (Muito fiável)
<i>Refª termo</i>	IPQ/SC3/CT78; Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI), Glossário da Sociedade da Informação, www.apdsi.pt/getfile... [14-03-2008]; GTT (Comissão-PT)
<i>Data</i>	24/09/2003

Figura 7 - Base terminológica IATE para a entrada "em linha"

Se para os profissionais da informática os termos “online” e “em linha” possuem o mesmo referente como foi possível observar até ao momento, para os profissionais da rádio, estes possuem referentes distintos. “online” refere-se ao contacto que um locutor mantém com o

ouvinte ou um colega através de um computador ou de aplicativos disponibilizados pela informática que podem ser utilizados nos telemóveis, como é o caso das redes sociais e dos canais de rádio. Já “em linha” refere-se ao contacto que o locutor mantém com o ouvinte ou repórter através de uma linha telefónica.

No *corpus* de análise é possível observar algumas situações em que são utilizadas o termo “em linha” pelos ouvintes como exemplificaremos a seguir:

Décimo terceiro ouvinte. Marco Pestana fala da Ponta do Sol, Madeira. Primeiro parabéns pelo programa que costumo ouvir, mas infelizmente muitas vezes tento participar **em linha**, no ar, mas nunca foi possível. Eu tenho 37 anos, exatamente a idade da revolução, ainda há muita

Figura 8 - Extracto retirado do *corpus* para ilustrar o candidato a termo "em linha"

Como podemos observar no *corpus* e no exemplo acima ilustrado, em rádio, o termo “em linha” é sempre utilizado acompanhado de um verbo e serve para indicar uma acção, nesse caso a acção de conversação entre o locutor e o ouvinte ou com o colega de trabalho. Já o termo “online”, apesar de que em raras situações se utiliza acompanhado de um verbo como por exemplo “ouvir online”, “estar online”, é utilizado acompanhado na maior parte das vezes de um substantivo ou de um advérbio como podemos observar a baixo:

a rádio. Uma falha das emissões **online** é o facto de ser pouco
ao FM, vistos que na rádio **online**, já se faz emissões com o
antes e que depois eram publicadas **online** (podcast's) Jingle da RTP – Termómetro
3 e em blog's associados Rádio **online** Audiência fora do país Maioria por
Karnaval.com) (RR) Ter rádios apenas **online**? Idade como factor (online) Porto, Lisboa
rádios apenas online? Idade como factor (**online**) Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra e Setúbal
(cidades onde se ouve mais rádio **online** do país) Mantém a questão da
a questão da publicidade (RDP) Rádios **online** e FM Progressão de audiência Mistura
ma (rádio) Valores específicos de audiência (**online**) instantâneo nas emissões e que notic
interessam Em FM não serve Interatividade **online**, tal como no FM por telefone

Figura 9 – Observação das classes gramaticais à esquerda que ocorrem com a forma "online"

Pela forma como “online” é aplicado no discurso radiofónico somos levados a inferir que este estrangeirismo possa ser um constituinte de um termo e ao mesmo tempo um constituinte de uma colocação terminológica.

Como se pode verificar o termo “em linha” refere-se à comunicação telefónica que o ouvinte mantém com o locutor. Já “*online*” é a comunicação que estes dois autores mantêm entre si mediante os aplicativos informáticos. Quando os intervenientes da rádio mantêm uma comunicação por via de um computador ou de outros aplicativos da informática ligados a internet utiliza-se o termo “*online*”, quando essa comunicação é efectuada através de uma linha telefónica utiliza-se o termo “em linha”. A diferença entre os dois termos está no meio utilizado para manter a comunicação entre os seus interlocutores.

Uma vez que não encontrávamos em nenhuma das acepções do termo “*online*” um conceito relativo ao contacto telefónico entre os interlocutores em rádio, quisemos saber que termo os profissionais de rádio, nativos da língua inglesa, utilizam para anunciarem a conversa ou a *entrevista* por meio telefónico. Ao fazermos uma busca pelo Webster's New World Dictionary of Media and Communications (1996) verificámos que o termo é “*phoner*” e este é definido como: “an interview, as on a radio program, conducted via telephone”. Um termo que ao nível do conceito corresponde ao termo “em linha” utilizado pelos profissionais da radio, nativos da língua portuguesa. Curiosamente, a nível da sua designação em nada se assemelha ao termo em língua portuguesa.

Consideramos, assim, que os termos “em linha” e “*online*”, quando utilizados em rádio, não devem ser utilizados de forma arbitrária, porque geram uma ambiguidade, na medida em que designam conceitos diferentes.

4.1.2 “*Streaming*”

Um outro estrangeirismo identificado no *corpus* é o anglicismo “*streaming*” que é utilizado na língua portuguesa tal e qual na sua língua de origem, não tendo sofrido qualquer tipo de adaptação.

Antes de continuarmos a analisar este estrangeirismo vamos perceber o que se entende por “*streaming*” e qual a sua função dentro do domínio em estudo.

O Dicionário de Termos Informáticos define “*streaming*” como: “Operação de mecanismo de arraste de fita em movimento contínuo. [...]. Essa operação permite também que seja mais curto o intervalo entre blocos, incrementando a quantidade de dados que podem ser armazenados num sector de fita” (Sousa: 1997, p. 240). E o Dicionário Prático de Informática

refere que “*streaming*” é uma tecnologia destinada a: “transmissão contínua; [...]. Sendo útil quando uma determinada aplicação ou computador requer um fornecimento estável de dados” (2000, p. 317)

Relativamente ao termo “*streaming*”, Valente (2016, p.267), ao acrescentar termos como “*online*” e “*internet*”, apresenta uma melhor explicação sobre o funcionamento desta tecnologia ao se referir ao “*streaming*” da seguinte forma: “consiste na distribuição *online* de dados, por meio de pacotes. Neste caso, não há armazenamento de conteúdo por parte do destinatário dos dados, ou seja, este é reproduzido na medida em que o usuário o recebe”.

O Glossário de Termos de Radiodifusão³⁵ também refere que por “*streaming*” entende-se “transmit multimedia files that begin playing upon arrival of the first packets, without needing to wait for all the data to arrive. 2. To send data in such a way as to simulate real-time delivery of multimédia”. Ou seja, depreendemos com isso que em rádio utiliza-se a tecnologia “*streaming*” para transmitir a emissão na internet por meio de áudio e vídeo em tempo real.

Se formos fazer uma busca rápida pelo nosso *corpus* de análise reparamos que para a forma “*streaming*” é-nos apresentada um total de 19 ocorrências e as informações veiculadas pelas formas que se encontram à sua esquerda indicam que a sua utilização no discurso radiofónico está, na maior parte das vezes, associada à uma tecnologia como por exemplo: “*website sem streaming*”, “*sistema de áudio streaming*”, “*emissão em streaming*”, etc. como ilustrado na figura que se segue:

estações possuem apenas um website sem *streaming*, ao nível avançado em que, para
outro lado, o sistema de audio-*streaming*, que permite ouvir a emissão em
que faz chegar o som em *streaming*) que autorizem a transmissão simultânea
ras chave: software, composição, rádio, captação, *streaming* Sumário Introdução Parte I Des
da Internet, pela transmissão online em *streaming*. Os novos meios aqui tratados se
de atitude e práticas de recepção. 39 *Streaming* (fluxo de média) é um meio
Cordeiro, Paula 2003, p. 54) A emissão em *streaming* traduz-se numa ligação à multimédia,
as temáticas desejadas. A possibilidade do *streaming* acabar com a rádio FM é
se deveria aproveitar o melhor do *streaming* e do FM, como por exemplo
FM – faixa etária dos 15 aos 24 Internet *Streaming* Aumento de cobertura Alargamento do e
mínimo de ouvintes A possibilidade do *streaming* acabar com a rádio FM é
generalizar Radiodns.org Junta FM e *streaming* Rádio multimédia Aproveitar o melhor d
Rádio multimédia Aproveitar o melhor do *streaming* e do FM “Hybrid rádio” o

Figura 108 – Observação das classes gramaticais à esquerda que ocorrem com a forma “*streaming*”

³⁵Acedido em <http://www.tech-notes.tv/Glossary/Title%20&%20Index.htm>) aos 20 de Abril de 2017

Por conseguinte, efectuámos uma pesquisa mais percuciente no *corpus* para compreendermos em que situações é utilizado esse estrangeirismo, pelos profissionais da rádio. Portanto, fizemos uma busca em contexto e extraímos o trecho que apresentamos abaixo.

A possibilidade do **streaming** acabar com a rádio FM é proporcional à da televisão acabar com a rádio. Uma falha das emissões online é o facto de ser pouco eficiente quando há muitos ouvintes. Segundo o Engenheiro Carlos Gomes⁵⁶, mencionou na conferência, que se deveria aproveitar o melhor do **streaming** e do FM, como por exemplo através do Hybrid radio, que conjuga ambas as formas de se ouvir rádio.

Figura 11 - Extracto retirado do *corpus* que ilustra a forma "*streaming*"

A partir destes exemplos é possível observar que o termo "*streaming*" está associado à tecnologia da informática utilizada pela rádio. Esta tecnologia é utilizada a partir das páginas *web* da rádio *online* e permite que o ouvinte de rádio possa acompanhar a emissão ao vivo, ou seja, acompanhar a emissão no exacto momento em que estiver a ser transmitido determinado programa e interagir com os locutores.

Esta tecnologia permite igualmente, no caso das rádios que recorrem à tecnologia multimédia³⁶, não só ouvir a emissão como também assistir o programa que está a ser transmitido.

Ao importar a tecnologia *streaming* a rádio importa automaticamente o termo que lhe está associada. Com base no estrangeirismo "*streaming*" são criados novos termos compostos híbridos como "emissão em *streaming*" e "transmissão *online* em *streaming*"

Do nosso ponto de vista, tendo em conta que este termo denomina uma tecnologia própria da internet que é utilizada pela rádio e até ao momento se mantém tal como na sua língua

³⁶O Dicionário de Termos Informáticos – inglês/português (1997, p. 171) define multimédia como "a combinação de texto, som, gráficos, animação e vídeo que constitui o novo sistema padrão de computador pessoal". E Ribeiro, Nuno (2004, p.3) na sua obra "*Multimédia e Tecnologias Interactivas*" tecnologia multimédia refere-se ao "conjunto de áreas tecnológicas específicas que suportam o desenvolvimento de serviços multimédia tais como técnicas de compressão de áudio, vídeo e imagem". Ou seja, essa tecnologia utiliza vários suportes de difusão de informação e combina som e imagem e tem permitido aos internautas ouvir e ver os programas de rádio ao vivo, a partir das páginas de internet das diversas emissoras radiofónicas.

de origem, é natural que por uma questão de necessidade denominativa e/ou comunicacional seja importado e utilizado pelos profissionais de rádio.

4.2 Proposta para uma uniformização da terminologia da RNA

Para se efectuar a concertação de uma terminologia eficiente e eficaz de determinada área do conhecimento, a ciência terminológica aponta para duas possíveis direcções: a normalização e/ou a harmonização dos termos. Uma vez que a tarefa de normalização dos termos é da inteira responsabilidade dos órgãos governamentais, propomos nesta pesquisa, como forma de adequar os termos do domínio da rádio que se efectue um trabalho de uniformização dos termos que possam causar ambiguidade na comunicação, como é o caso do termo “*online*”.

A norma ISO (1087-1:2000, p. 11) recomenda que o trabalho de harmonização deva se constituir a partir de duas actividades: harmonização dos conceitos e harmonização dos termos. No que concerne à harmonização dos conceitos a norma refere que esta actividade destina-se “à réduire ou éliminer les différences mineures entre deux ou plusieurs concepts (3.2.1) qui sont déjà proches les uns des autres”. E a actividade de harmonização dos termos teria como objectivo “désigner, dans plusieurs langues, un même concept (3.2.1) par des termes (3.4.3) qui reflètent des caractères (3.2.4) identiques ou similaires ou dont la forme est la même ou similaire”

Pavel e Nolet (2002, p. 30) acrescentam que a harmonização terminológica “combina o desejo de precisão conceitual e a correção lingüística, a adequação do tempo à situação de comunicação e a eficácia da comunicação”.

Por sua vez, Barros (2004, p. 88) entende que este processo de harmonização terminológica é o “resultado de um acordo estabelecido sobre o uso de conjuntos terminológicos empregados em dado domínio. Este procedimento tem por objectivo evitar ambiguidades, tornando a comunicação mais eficaz e fácil”.

Como podemos ver, para evitar ambiguidades, a harmonização terminológica deve partir da consensualidade entre os profissionais da área, visto que para harmonizar determinado termo há que se ter em conta o grupo profissional aonde os termos são utilizados. E pelo que podemos averiguar a partir do *corpus*, verificámos uma ambiguidade relativamente ao anglicismo “*online*” e o seu suposto correspondente “em linha”. Este termo, enquanto utilizado pelos profissionais da

informática poderá não causar qualquer ambiguidade, mas sendo utilizado pelos profissionais da rádio, como já podemos verificar, causará ambiguidades por não designarem o mesmo conceito. Portanto, urge a necessidade de estabelecer as diferenças entre estes dois termos, pois a harmonização dos termos é necessária para evitar o uso de termos aparentemente sinónimos e causar possíveis conflitos na comunicação entre estes profissionais e destes com o seu público-alvo.

Apesar de termos verificado o uso de estrangeirismos entre os profissionais de rádio, e verificado que duas formas aparentemente co-ocorrentes são utilizadas em discurso como se fossem sinónimos, gerando deste modo ambiguidades, não nos é possível neste estudo decidir qual o termo mais adequado, uma vez que tal facto requereria uma pesquisa mais aprofundada sobre os termos ambíguos que localizámos. Tal pesquisa implicaria a presença de profissionais da área para juntos encontrarmos as melhores soluções terminológicas para o domínio em causa.

No presente momento, o nosso objectivo foi o de confirmar a utilização de estrangeirismos pelos profissionais da rádio no exercício das suas funções gerando algumas ambiguidades que no futuro podem ser anuladas.

Os estrangeirismos não devem ser utilizados de forma inconsciente. A situação ideal é a de recorrer a um terminólogo para os ajudar a compreender os termos importados tendo em conta as especificidades do seu grupo e as suas necessidades comunicativas.

Claro está que todos estes termos recolhidos e estudados deverão ser armazenados para que todos os profissionais possam aceder a eles. De entre os vários recursos terminológicos disponíveis, por razões de rapidez, capacidade de armazenamento e fácil acesso nas consultas, propomos a construção de uma base de dados terminológica e áudio multilingue que poderá estar disponível *online*.

E é sobre a importância de uma base de dados para um órgão como RNA que nos vamos focar no ponto a seguir.

4.3 Proposta de Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue para RNA

Cabré (1999, p. 396) define o conceito de base de dados terminológica como sendo uma “recompilación estructurada y automatizada de información sobre las unidades de significación y designación de un área especializada, destinado a responder a las necesidades de un grupo definido de usuarios”. Uma base de dados é um recurso informático que, no nosso caso específico, contém termos da área de especialidade em estudo com toda a informação que lhes está associada.

A informação contida na base de dados está armazenada em fichas terminológicas que estão relacionadas entre si. Para obter as informações necessárias para alimentar a base de dados, há um grande caminho a percorrer. Desde a escolha do posicionamento teórico (onomasiológico, semasiológico ou a complementaridade de ambos) no qual assentará a pesquisa e posteriormente a selecção dos textos para a composição do *corpus* de análise até à validação dos termos por parte dos especialistas é que o terminólogo estará em condições de alimentar a base de dados.

Pelo facto de RNA enquanto órgão de comunicação pública de Angola possuir emissoras que emitem em língua materna e estrangeira, como já nos referimos no primeiro capítulo, propomos uma base de dados multilingue. Para além dos seus profissionais, a base de dados estará disponível a outros grupos profissionais.

No entanto, para uma boa qualidade das informações e do recurso terminológico proposto, é nossa pretensão que haja gestão e actualização permanente dos dados inseridos na referida base. Pois, só deste modo poderemos garantir que a informação difundida seja eficaz e eficiente e que os seus utilizadores estejam a auferir informação de qualidade, contribuindo assim na melhoria da comunicação entre os profissionais da empresa e destes com o seu público-alvo.

Assim sendo, para que haja actualização constante da base de dados propomos que seja criada uma comissão de trabalho que irá tratar da gestão da referida base. Deverão fazer parte desta comissão os especialistas do domínio, nesse caso os redactores³⁷ de rádio e os terminólogos.

³⁷O capítulo 2 contém toda a informação sobre a responsabilidade da Redacção de uma estação de rádio e dos seus respectivos redactores.

Já vimos que uma base de dados é composta por fichas terminológicas relacionadas entre si. No ponto a seguir vamos apresentar a nossa proposta de ficha terminológica e detalhar os campos que a irão compor.

4.4 Proposta da ficha terminológica da Base de Dados da RNA

Se, por um lado, vimos que a proposta de base de dados terminológica é de extrema relevância para a RNA, por outro, aquela está relacionada com a ficha terminológica. Entretanto, entendemos a ficha terminológica como um formato de representação de dados que reagrupa em vários campos todas as informações pertinentes relativas à um termo e/ou a um conceito especializado e que ao mesmo tempo possibilita a pesquisa dos diferentes campos apresentados.

Para o conjunto de fichas que irão compor a base de dados terminológica propomos os seguintes campos: entrada, categoria gramatical, abreviaturas, domínio, definição, fonte da definição, contexto, fonte do contexto, equivalentes em inglês, francês, quimbundo, umbundo, sinónimos, notas, áudio e as suas respectivas fontes do contexto.

Para um melhor entendimento sobre a selecção de cada campo, vamos a seguir detalhar as funções de cada um e posteriormente apresentar um exemplo da ficha terminológica:

Entrada – neste campo indicaremos o termo seleccionado;

Abreviatura - caso haja abreviatura do termo seleccionado (siglas ou acrónimos) este estará disponível neste campo;

Domínio – indicará à área de especialidade a que pertence o termo;

Categoria gramatical - indicará a classificação morfológica do termo;

Definição – estará descrito o conceito designado pelo termo disponível no campo entrada;

Fonte da definição – indica-se o texto que serviu de apoio para elaborar e redigir a definição;

Contexto – neste campo colocar-se-á o extracto do texto que fideliza o termo;

Fonte do contexto – indicará a fonte de onde o contexto foi extraído;

Equivalentes – haverá 4 campos para os equivalentes com os campos das respectivas fontes. Cada um deles indicará o equivalente do termo seleccionado nas respectivas línguas (inglês, francês, quimbundo e umbundo);

Sinónimos – estão disponíveis neste campo os sinónimos do termo da entrada;

Áudio – neste campo, caso haja, introduziremos o som exemplificativo alusivo ao termo em causa, como por exemplo, um som que demonstre o que é um “lide”, um “*spot*”, um “*jingle*”, etc.

Notas – estarão disponíveis todas as informações adicionais relativas ao termo em entrada e que possam ser úteis ao utilizador. Pensamos que este é um campo que será uma mais-valia para os profissionais do Canal Internacional e da Rádio N’gola Yetu do grupo RNA, por serem estes que têm a responsabilidade, muitas vezes, de utilizarem as notícias produzidas em português e traduzi-las nas línguas de trabalho (maternas ou estrangeiras) dos seus programas. Este campo em conjunto com o campo contexto permitirá a clarificação das dúvidas que possam surgir e facilitar o uso correcto do termo em causa.

As fontes do contexto dos campos sinónimo, áudio e notas também estarão disponíveis na base e darão indicações de onde a informação foi obtida.

A figura abaixo ilustra a nossa proposta de ficha terminológica que irá compor a base de dados ora proposta.

Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue da RNA					
	Cat.gramatical	Abrev.	Domínio		
Definição		Inglês		Fonte ing.	
Fonte da definição		Francês		Fonte fr.	
Contexto		Quimbundo		Fonte Quimbundo	
Fonte do contexto		Umbundo		Fonte Umbundo	
Notas		Sinónimo		Fonte Sinónimo	
		Áudio		Fonte Áudio	

Figura 12 - Proposta de ficha da Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue da RNA

Até ao momento, e de acordo com os nossos objectivos, pensamos que para uma melhor organização do conhecimento do domínio em estudo estes são os campos possíveis onde poderão ser armazenadas, geridas, difundidas e consultadas todas as informações relacionadas com a terminologia da RNA.

A seguir, apresentaremos a proposta da ficha terminológica com os campos preenchidos.


Base de Dados Terminológica e Áudio Multilingue da RNA						
lide	Cat.gramatical	s.m	Abrev.		Domínio	rádio
Definição	Parágrafo inicial da notícia, também designado por abertura, entrada ou cabeça da notícia.		Inglês	lead	Fonte ing	SANTOS, Hernani (2008) "Manual de Jornalismo de Rádio"
Fonte da definição	CRATO, Nuno (1992) "Comunicação social a imprensa", editorial presença, Lisboa.		Francês		Fonte fr.	
Contexto	Forma adaptada do vocábulo inglês lead, que significa, entre outras coisas, guiar, conduzir,		Quimbundo		Fonte Quimbundo	
Fonte do contexto	SANTOS, Hernani (2008) "Manual de Jornalismo de Rádio", cenjor, Lisboa.		Umbundo		Fonte Umbundo	
Notas	No lide está resumido o essencial da informação que deve dar respostas às interrogações jornalísticas: o quê?, quando?,		Sinónimo	abertura; entrada	Fonte Sinónimo	CRATO, Nuno (1992) "Comunicação Social a Imprensa", editorial
			Áudio		Fonte Áudio	Rádio Nacional de Angola

Figura 13 - Proposta de ficha preenchida para a entrada “lide”

Do nosso ponto de vista, a importância da base de dados passa pela capacidade de armazenamento de informação que ela possui, pela facilidade de inserção constante de dados que nelas constam, da gestão e da difusão das terminologias. No entanto, é nosso objectivo com esta proposta de base de dados apresentar um modelo onde possa ser depositada toda a informação da terminologia da Rádio Nacional de Angola, tornando-a, consequentemente, acessível a todos os profissionais da área e a todos para quem venha ser útil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É trivial que nos tempos que correm, com o desenvolvimento da tecnologia e num mundo cada vez mais globalizado, haja uma maior exigência de crescente qualidade a nível da comunicação especializada. A terminologia enquanto ciência que estuda, estrutura e gere os termos e conceitos dos diferentes domínios de especialidade dispõe de metodologias e ferramentas essenciais e indispensáveis para a sistematização de uma comunicação clara, eficaz e eficiente entre os especialistas

A comunicação social, no caso específico a rádio, ao importar tecnologia para efectuar uma transmissão com qualidade e rapidez, importa consequentemente a terminologia nas línguas estrangeiras. E os profissionais da RNA, por não possuírem um recurso linguístico no qual se possam apoiar quando se deparam com os estrangeirismos, algumas vezes, por questões denominativas (“*streaming*”) ou elitistas (*play list*, *dossiers*, *show*, *deadlines* entre outros) adoptam-nos para os seus discursos em detrimento dos termos existentes na língua portuguesa.

Deste modo, com base nos pressupostos teóricos da terminologia foi nossa pretensão, com este estudo, apresentar uma proposta metodológica que nos permitirá futuramente produzir um estudo mais aprofundado sobre a terminologia utilizada pelos redactores da RNA com vista a aprimorar o entendimento e a partilha de conhecimento entre os profissionais da rádio.

A dificuldade deste estudo esteve relacionada com a escassa bibliografia sobre os estrangeirismos e com a composição de um *corpus* constituído a partir dos textos produzidos pelos redactores de rádio da instituição em causa porque, o domínio em estudo, apesar de produzir diariamente para a sua emissão, não dispunha de textos suficientes para a composição do *corpus* pelas razões apresentadas no 2º capítulo, levando-nos a constituir um *corpus* a partir de textos que abordam questões relativas à produção radiofónica. Ultrapassada esta questão e identificada a problemática linguística e os objectivos pretendidos com a pesquisa, foi possível identificar os estrangeirismos que causam ambiguidade na comunicação radiofónica, propor a presente base de dados terminológica e áudio multilingue e a referida comissão de trabalho que irá gerir a base.

A base ora proposta, ao estar disponível *online*, irá contribuir em grande medida para a eficácia das actividades dos profissionais da instituição aumentando, sobretudo, a qualidade dos seus trabalhos e consequentemente da instituição. Finalmente, importa referir que a terminologia organizada e sistematizada é um bem material que acrescenta valor às instituições e organizações ao longo dos anos. A RNA, ao organizar a sua terminologia, estará a acrescentar valor e credibilidade à sua instituição e alcançando, de certo modo, um prestígio diferenciado num mundo globalizado como o de hoje.

BIBLIOGRÁFICA GERAL

ALVES, Leda Maria (1998) *“Empréstimos lexicais na imprensa política brasileira”*, Revista Alfa, São Paulo. Acesso em: <http://hdl.handle.net/11449/107628> aos 02.02.2017.

ALVES, Leda Maria (2002) *“Neologismo: criação lexical”*, Editora Ática, São Paulo.

ANDRADE, Ana Rebello de & António Lavouras LOPES (1997) *“Primeira fase de instalação do estrangeirismo”* in Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa: APL /Colibri, pp 77-89. Acesso em: http://www.apl.org.pt/docs/actas-13-encontro-apl-1997_vol1.pdf aos 02.02.2017

ANDRADE, Ana Rebelo (2001) *“A terminologia do empréstimo linguístico no português europeu uma terminologia ambígua?”* in Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto: Vol. 1, 2002, ISBN 972-9350-70-1, págs. 35-44

AZEREDO, José Carlos (2008) *“Escrevendo pela nova ortografia: como regras do novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa”* Instituto António Houaiss, Publifolha, São Paulo

BARROS, Lídia Almeida (2004) *“Curso Básico de Terminologia”* Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil;

CABRÉ, Maria Teresa (1993) *“La terminologia: la teoria, els mètodes, les aplicacions”* Barcelona, Editorial Empúries

CABRÉ, Maria Teresa (2005) *“La Terminología: Representación y comunicación”*, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

CONTENTE, Madalena Dias Marques (2008) *“Terminocriatividade, Sinonímia e Equivalência Interlinguística em Medicina”* Edições Colibri, Lisboa.

COSTA, Maria Rute Vilhena (1993) *“Terminologia da Economia Monetária: Relações Conceptuais e Semânticas numa Sistemática Terminológica e Lexicográfica”*, Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

COSTA, Rute (1988) “*Aspectos da neologia no vocabulário da economia*” in Actas do IV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística de Lisboa, org. Direcção da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa

COSTA, Rute (2001) “*Pressupostos teóricos e metodológicos para a extracção automática de unidades terminológicas multilexémicas*” Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa

COSTA, Rute e SILVA, Raquel (2008) “*De la typologie à l’ontologie de textes*” Terminologies & Ontologies: Théories et applications. Actes de la 2ème Conférence – Toth Annecy – 2008. Annecy: Institut Porphyre. Savoir et Connaissance

CORREIA, Margarita (1998) “Terminologia: questões teóricas, métodos e projectos” Lisboa: Publicações Europa-América

CHEVALIER, Jean-Claude et DELPORT, Marie-France (2000) “La Fabrique des Mots: la néologie ibérique” Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, collection Iberica-Essais

DESMET, Isabel *et al* (2007), “*Terminologie, culture et société*” Cahiers du Rifa Organisation Internationale de la Francophonie, Paris. Acesso em: <http://www.termisti.org/rifa/PDF/rifa26/crf-26-00.pdf> aos 28.02.2017

DESMET, Isabel et SABLAYROLLES, Jean-François (2014) “Neonymes Français et Portugais du Domaine de la Santé”. Debate Terminológico, nº11, pp. 27-77. Acesso em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/riterm/article/view/50925/31688> aos 28.02.2017

FELBER, Helmut (1987) « *Manual de terminologia* », Paris Unesco/Infoterm

FONTANA, Josep y VALLDUVÍ, Enric. (1990) “*Mecanismos léxicos y gramaticales en la alternancia de códigos*” Revista Española de Lingüística Aplicada, Anejo 1 (M.T. Turell, ed., Nuevas corrientes lingüísticas: Aplicación a la descripción del inglés).

GARCEZ, Pedro e ZILLES, Ana Maria (2004) “*Estrangeirismos: desejos e ameaças*” In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola.

LINO, Teresa; et al (2010) “*Neologia, terminologia e lexicultura: a língua portuguesa em situação de contacto de línguas*”. In: *Filologia Linguística Portuguesa*, n. 12(2). pp.187-201.

LINO, Teresa (2015) “*La langue portugaise face aux anglicismes*” in *La lingua italiana e le lingue romanze di fronte agli anglicismi* de Claudio Marazzini e Alessio Petralli, Academia della Crusca.

PAVEL, Sílvia e Diane Nolet (2002) “*Manual de Terminologia*”, Direcção de Terminologia e Normalização, Departamento de Tradução do Governo Canadense, Canadá.

REY, Alain (1995) “*Essays on Terminology*” translated and edited by de Juan C. Sager, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam-Philadelphia,

SARDINHA, Tony Berber. (2000) “*Linguística de Corpus: histórico e problemática*” DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 16(2), 323-367. Acesso em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005> aos 10.01.2017.

SAGER, Juan (1990) “*A Practical Course in Terminology Processing*” John Benjamins Publishing Company, Amsterdam - Philadelphia

SILVA, Raquel Alves (2014) “*Gestão de Terminologia pela Qualidade: Processos de Validação*”, Tese de Doutoramento, Especialidade em Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa.

WUSTER, Eugene (1998) “*Introducción a la terminología y a la lexicografía terminológica*”, Institut Universitario de Linguística Aplicada.

BIBLIOGRAFIA – MEDIA

ALBERT, Pierre; TUDESQ, André-Jean, (1981), “*História da Rádio e Televisão*”, Editorial Notícias, Lisboa.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de (2003) “*Manual de radiojornalismo*” Campus, Rio de Janeiro.

BONIXE, Luís (2012) “*A informação radiofónica: rotinas e valores-notícia da realidade na rádio portuguesa*”, Editora Livros Horizonte, Lda., Lisboa.

CABELLO, Ana Rosa Gomes (1994) “*Organização do texto radiofónico: coesão e coerência*” Alfa, São Paulo. Artigo disponível em acesso aos 01/11/16.

CHANTLER, Paul e HARRIS, Sim (1992) “*Radiojornalismo*”, Summus Editorial Ltda, São Paulo, Brasil.

CHARDON, Jean-Marc, (1995) “*Le Journaliste de Radio*”, Paris.

CRATO, Nuno (1989) “*Comunicação Social – A imprensa*” Editorial Presença, Lisboa.

FELIPPI, Ângela; SOTER, Demétrio de Azeredo e PICCININ, Fabiana (2006) “*Edição em Jornalismo, ensino, teoria e prática*” Edunisc, Santa Cruz do Sul.

GRADIM, Anabela (2000) “*Manual de jornalismo*” Estudos em Comunicação, UBI, Covilhã.

LETRIA, Joaquim (1999) “*Pequeno breviário jornalístico, géneros, estilos e técnicas*” Editorial Notícias, Lisboa.

MAFRA, Edilene Mendes de Oliveira; VIANA, Maria do Socorro da Costa; SOUZA, Sérgio Augusto Freire de (2010) “*Linguagem Radiofônica: o sistema de comunicação aplicado na divulgação científica no rádio*” Caxias do Sul, Brasil.

MEDEIROS, João Bosco (1983) “*Técnicas de redação*” Ed Atlas, São Paulo.

MOREIRA, Sónia Virgínia e DEL BIANCO, Nélia R. (2001) “*Desafios do rádio no século XXI*” Intercom, UERJ, Rio de Janeiro.

NEVEU, Érik (2005) “*Sociologia do jornalismo*” Porto Editora, Portugal.

SANTOS, Hernâni (2008) “*Manual de Jornalismo de Rádio*” CENJOR, Lisboa.

SQUARISI, Dad e SALVADOR, Ariete (2005) “*A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto*” Editora Contexto, São Paulo.

VÁRIOS (2002) “*Jornalismo Angolano – Contribuições*” Editor: Ministério da Comunicação Social, Luanda.

VIEIRA, Joaquim (2010) “*A Nossa Telefonía. 75 Anos de Rádio Pública em Portugal*”, edições Tinta da China Lda., Lisboa.

NORMAS

ISO 704: *Terminology work - principles and methods*, Association Française de Normalisation (AFNOR) 2009

ISO 704: *Travail terminologique – Principes et méthodes*, Association Française de Normalisation (AFNOR) 2009

ISO 1087: *Terminology work – Vocabulary – part 1: Theory and application*, International Standard Organization, 2000.

ISO 10241: *International Terminology Standards – Preparation and layout*. 1.e.d. Genève, International Standard, 1992;

DICIONÁRIOS

Academia das Ciências de Lisboa (2001), “*Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*” editorial Verbo, Lisboa;

“*Dicionário electrónico da Priberam*” disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>;

“*Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*” (2015), Círculo de Leitores, Rio de Janeiro;

Microsoft (2000) “*Dicionário Prático de Informática*”, editora McGraw – Hill de Portugal, Lda., Lisboa;

Rodrigues, Adriano Duarte (2000) “*Dicionário Breve da informação e da Comunicação*”, editorial Presença, Lisboa;

Sousa, Manuel (1997) “*Dicionário de Termos Informáticos – inglês/português*”, editora SporPress – Sociedade editorial e distribuidora, Lda., Lisboa

Weiner, Richard (1996) “Webster's New World Dictionary of Media and Communications”, Publisher: Wiley;

DECRETOS - LEI

Decreto Presidencial n.º 76/97 de 31 de Outubro – *Criação da empresa Radiodifusão Nacional de Angola – empresa pública e aprovação do estatuto orgânico*. Luanda, 1997;

Decreto Presidencial n.º 102/14 de 12 de Maio – *Estatuto orgânico do Ministério da Comunicação Social*. Luanda 2014;

Decreto Presidencial n.º 206/10 de 13 de Setembro – *Estatuto da empresa Radiodifusão Nacional de Angola – empresa pública*. Luanda, 2010;

Lei n.º 7/06 de 15 de Maio – *Lei de imprensa*. Luanda, 2006;

SITOGRAFIA

<http://www.rna.ao/apresentacao/> acesso em 30-08-16.

A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa
acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n2/05.pdf> aos 30-08-16

HOHLFELDT, António (2008) “*Imprensa das colónias de expressão portuguesa: Primeira aproximação*” Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, consultado aos 30.08.16 em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0210-2.pdf>.

SOUZA, Augusto Freire de; MAFRA, Edilene Mendes de Oliveira; VIANA, Maria do Socorro da Costa (2010) “*Linguagem Radiofônica: o sistema de comunicação aplicado na divulgação científica no rádio*”. Acesso em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0706-1.pdf> aos 30.08.16

TEIXEIRA, Marcelo Mendonça; BARROS, Daniela Melaré Vieira; FARIAS JUNIOR, Ivaldir H. de - Rádio web interativa: o "streaming" da educação virtual. "Remote: Revista Novas Tecnologias na Educação". ISSN 1679-1916. Vol. 11, Nº 3 (2013), p. 1-9 acesso aos 02.04.17, em: <http://hdl.handle.net/10400.2/2818>

<http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/osmedia.html> acesso aos 30-08-16

<http://angolaradio.webs.com/> acesso aos 30-08-16

<http://ensina.rtp.pt/artigo/a-historia-da-radio/> acesso aos 30-08-16

<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/viewFile/56/46> acesso aos 30-08-16

<http://industrias-culturais.blogspot.pt/2009/11/radio-em-portugal-uma-aproximacao-ao.html> acesso aos 30-08-16.

<http://www.webartigos.com/artigos/sobre-o-jornalismo-angolano/53052/#ixzz4MQhSsnPK>

https://www.angop.ao/angola/pt_pt/portal/informacoes/ministerio-da-comunicacao-social/mcs/2012/9/40/Ministerio,a764d4e8-ec65-4bc7-808f-234b8e936fef.html

http://www.infoangola.ao/index.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2538&showall=1 aos 30-08-16

Da rádio ao streaming: ECAD, direito autoral e música no Brasil / organização Pedro Augusto Pereira Francisco , Mariana Giorgetti Valente. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2016. Acesso aos 02.04.17, em: <http://hdl.handle.net/10438/17034>.

Glossário de termos de radiodifusão, Acesso aos 02.05.17, em: <http://www.tech-notes.tv/lossary/Title%20&%20Index.ht>

ANEXOS

Anexo 1 - Decreto Presidencial 102/14 que aprova o Estatuto Orgânico do MCS

2210	DIÁRIO DA REPÚBLICA
<p>Despacho n.º 1071/14: Exonera Omar Simão do cargo de Director Geral-Adjunto do Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ).</p> <p>Despacho n.º 1072/14: Exonera Teodora Lourenço da Silva do cargo de Directora Geral do Instituto Angolano de Normalização e Qualidade (IANORQ).</p> <p>Ministério do Comércio</p> <p>Despacho n.º 1073/14: Exonera Samora Manuel Azevedo do cargo de Chefe de Departamento de Estudo, Planeamento e Estatística deste Ministério.</p> <p>Ministério da Juventude e Desportos</p> <p>Despacho n.º 1074/14: Cria a Comissão Administrativa do Edifício da Galeria dos Desportos, coordenada por Raimundo Ricardo.</p> <p>Despacho n.º 1075/14: Nomeia António José dos Santos para a função de Técnico de Informática do Gabinete do Secretário de Estado para os Desportos.</p> <p>Inspecção Geral da Administração do Estado</p> <p>Despacho n.º 1076/14: Determina que o Auditório da Inspecção Geral da Administração do Estado passa a chamar-se «Auditório General Kundi Pahiama» em homenagem a este grande patriota angolano.</p>	<p>ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)</p> <p>O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação. Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Fevereiro de 2014.</p> <p>Publique-se.</p> <p>Luanda, aos 24 de Abril de 2014.</p> <p>O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.</p> <p>ESTATUTO ORGÂNICO DO MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL</p> <p>CAPÍTULO I Natureza e Atribuições</p> <p>ARTIGO 1.º (Natureza)</p> <p>O Ministério da Comunicação Social é o Departamento Ministerial que tem por missão propor, formular, conduzir, executar e avaliar a política do Executivo no domínio da comunicação social e da publicidade, bem como assegurar a comunicação institucional.</p>
<p>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</p> <p>Decreto Presidencial n.º 102/14 de 12 de Maio</p> <p>Considerando a necessidade de se adequar o Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social com novo Estatuto Orgânico, a fim de adequar a sua orgânica funcional às exigências do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto, que estabelece as novas Regras de Criação, Estruturação, Organização e Extinção dos Serviços da Administração Central do Estado e demais organismos legalmente equiparados;</p> <p>O Presidente da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:</p> <p>ARTIGO 1.º (Aprovação)</p> <p>É aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério da Comunicação Social, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.</p> <p>ARTIGO 2.º (Revogação)</p> <p>É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 75/10, de 21 de Maio.</p> <p>ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)</p> <p>As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.</p>	<p>ARTIGO 2.º (Atribuições)</p> <p>O Ministério da Comunicação Social tem as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Auxiliar o Executivo na realização da Política Nacional de Informação e da Publicidade;b) Organizar e manter um serviço informativo de interesse público;c) Tutelar a actividade da área da comunicação social;d) Licenciar o exercício da actividade de radiodifusão e televisão;e) Proceder ao registo das empresas jornalísticas, de radiodifusão, de televisão, de publicidade e média online;f) Proceder ao registo dos programas de radiodifusão sonora e televisiva para efeitos estatísticos, de defesa da concorrência e direitos de autor;g) Incentivar o desenvolvimento da iniciativa privada no Sector da Comunicação Social;h) Autorizar o exercício, em território nacional, da actividade de correspondente de imprensa estrangeira e informar o Executivo sobre a forma como a profissão é exercida;i) Promover a divulgação das actividades oficiais, utilizando para tal a imprensa escrita, radiodifusão, televisão, conferências e outros meios disponíveis;j) Desempenhar outras atribuições superiormente acometidas, decorrentes da própria actividade que lhe é inerente ou da lei.

- c) Presidentes dos Conselhos de Administração das empresas tuteladas e sob superintendência;
- d) Directores das Instituições Tuteladas;
- e) Directores Provinciais da Comunicação Social;
- f) Outras entidades que o Ministro convocar ou convidar;
- g) Chefes de Departamento.

3. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que o Ministro o convocar.

ARTIGO 7.º
(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é o órgão de apoio ao qual cabe coadjuvar o Ministro na definição, coordenação, execução e disciplina das actividades do Ministério.

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo Ministro e integra os seguintes membros:

- a) Secretário de Estado;
- b) Directores Nacionais e equiparados;
- c) Consultores do Ministro e do Secretário de Estado;
- d) Outras entidades que o Ministro convocar ou convidar.

3. O Ministro pode, se entender necessário, convocar técnicos e outros funcionários do Ministério para participar nas sessões do Conselho de Direcção.

4. O Conselho de Direcção reúne-se de 3 em 3 meses e extraordinariamente sempre que o Ministro o convocar.

SECÇÃO III
Serviços de Apoio Técnico

ARTIGO 8.º
(Natureza)

Os serviços de apoio técnico têm a missão de assistir e apoiar, na especialidade, os demais serviços do Ministério com vista ao cumprimento das tarefas e acções que lhes são atribuídas, bem como na execução das suas actividades específicas.

ARTIGO 9.º
(Secretaria Geral)

1. A Secretaria Geral é o serviço que se ocupa da generalidade das questões administrativas, financeiras e logísticas comuns a todos os serviços do Ministério, bem como da gestão do orçamento, do património, das relações públicas e da documentação.

2. A Secretaria Geral tem as seguintes atribuições:

- a) Participar na elaboração do orçamento, bem como executar as actividades administrativas, financeiras e logísticas;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Organizar e orientar tecnicamente o sistema de documentação administrativa comum aos órgãos e serviços do Ministério;
- d) Desempenhar as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. A Secretaria Geral tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Gestão do Orçamento e Administração do Património;
- b) Departamento de Relações Públicas e Expediente;
- c) Departamento de Documentação e Informação.

4. O Departamento de Gestão do Orçamento e Administração do Património tem a seguinte estrutura interna:

- a) Secção de Gestão do Orçamento;
- b) Secção de Administração do Património.

5. O Departamento de Relações Públicas e Expediente tem a seguinte estrutura interna:

- a) Secção de Relações Públicas;
- b) Secção de Expediente.

6. O Departamento de Documentação e Informação tem a seguinte estrutura interna:

- a) Secção de Documentação;
- b) Secção de Arquivo.

7. A Secretaria Geral é dirigida por um Secretário Geral.

ARTIGO 10.º
(Gabinete de Recursos Humanos)

1. O Gabinete de Recursos Humanos é o serviço responsável pela concepção e execução das políticas de gestão dos quadros do Ministério, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento de pessoal e de carreiras, recrutamento, avaliação de desempenho, rendimentos, entre outros.

2. Para efeitos de coordenação metodológica, o Gabinete de Recursos Humanos articula a concepção e execução das políticas de gestão de quadros, mediante concertação metodológica, com o serviço competente do Departamento Ministerial encarregue pela Administração Pública.

3. O Gabinete de Recursos Humanos tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Gestão por Competências e Desenvolvimento de Carreiras;
- b) Departamento de Formação e Avaliação de Desempenho;
- c) Departamento de Arquivo, Registo e Gestão de Dados.

4. O Gabinete de Recursos Humanos é dirigido por um Director, equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 11.º
(Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o serviço de assessoria geral e especial de natureza interdisciplinar, que tem como funções a preparação de medidas de política e estratégia global do Sector da Comunicação Social, de estudos e análise regular sobre a execução geral das actividades dos serviços e a orientação e coordenação da actividade de estatística.

ARTIGO 15.º
(Gabinete de Tecnologias de Informação)

1. O Gabinete de Tecnologias de Informação é o serviço de apoio técnico responsável pelo desenvolvimento das tecnologias e manutenção dos sistemas de informação com vista a dar suporte às actividades de modernização e inovação do Ministério.

2. O Gabinete de Tecnologias de Informação tem as seguintes atribuições:

- a) Planear e implementar estratégias de soluções de Tecnologias de Informação e de Comunicação, de acordo com as directrizes definidas pelo Ministro;
- b) Planear, coordenar, gerir e supervisionar os projectos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, comunicação de voz e dados, rede eléctrica estabilizada, rede local com ou sem fio, infra-estruturas de computadores, serviço de atendimento de informática e demais actividades de tecnologias de informação;
- c) Definir e adoptar a metodologia de desenvolvimento de sistemas e coordenar a prospecção de novas Tecnologias de Informação e de Comunicação no âmbito do Ministério;
- d) Garantir que os produtos e serviços relativos às Tecnologias de Informação e de Comunicação sejam conduzidos de acordo com a legislação pertinente;
- e) Representar institucionalmente, sob mandato do titular, o Ministério da Comunicação Social, em assuntos de Tecnologias de Informação e de Comunicação;
- f) Exercer funções de unidade de monitoramento e de avaliação, de modo a emitir pareceres técnicos na definição de conceitos e de procedimentos específicos para o licenciamento de serviços de radiodifusão, televisão, internet e outros com suporte de novas tecnologias;
- g) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Gabinete de Tecnologias de Informação é dirigido por um Director equiparado a Director Nacional.

SECÇÃO IV
Serviços Executivos Directos

ARTIGO 16.º
(Natureza)

Os Serviços Executivos Directos são aqueles que têm sob sua responsabilidade a execução das atribuições fundamentais e específicas, aos quais são incumbidas funções operacionais de preparação, condução e controlo das medidas de política, das tarefas, das acções e actividades do Ministério.

ARTIGO 17.º
(Direcção Nacional de Informação)

1. A Direcção Nacional de Informação é o serviço executivo directo que tem como função a concepção, direcção, controlo e execução de medidas de política de natureza informativa.

2. A Direcção Nacional de Informação tem as seguintes atribuições:

- a) Estudar, orientar e coordenar as actividades inerentes aos órgãos de comunicação social;
- b) Auxiliar a preparação dos elementos necessários à definição da política do Ministério relativa ao Sector, bem como a sua aplicação;
- c) Organizar e preparar o processo de licenciamento do exercício da actividade de radiodifusão e televisão;
- d) Organizar e preparar o processo conducente ao registo das empresas jornalísticas, de radiodifusão, de televisão e de média online, bem como das publicações periódicas e dos programas de radiodifusão sonora e de televisão;
- e) Assegurar a coordenação, direcção e controlo técnico dos órgãos e serviços a si subordinados;
- f) Desempenhar as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. A Direcção Nacional de Informação tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento dos Órgãos Audiovisuais e Multimédia;
- b) Departamento de Publicações e Registos;
- c) Departamento de Análise de Informação.

4. A Direcção Nacional de Informação é dirigida por um Director equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 18.º
(Direcção Nacional de Publicidade)

1. A Direcção Nacional de Publicidade é o serviço executivo directo que tem como função o estudo, controlo, orientação e coordenação da actividade de publicidade.


2. A Direcção Nacional de Publicidade tem as seguintes atribuições:

- a) Reunir e sistematizar as informações sobre a actividade publicitária;
- b) Proceder ao registo das empresas e agências de publicidade;
- c) Fiscalizar os conteúdos publicitários;
- d) Emitir pareceres técnicos em matérias relativas a sua especialidade;
- e) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

Anexo 2 – Decreto Presidencial 206/10 que aprova e actualiza o Estatuto da RNA

I Série — N.º 181

Quinta-feira, 23 de Setembro de 2010



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 190,00

<p>Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»</p>	<p>ASSINATURAS</p>	<p>Ano</p>
	As três séries	Kz: 400 275,00
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00
	A 3.ª série	Kz: 95 700,00

IMPRENSA NACIONAL - E. P.
 Rua Henrique de Carvalho n.º 2
 Caixa Postal N.º 1306

CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores:

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto das respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade.

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que estão abertas a partir desta data até 15 de Dezembro de 2010, as respectivas assinaturas para o ano 2011 pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Os preços das assinaturas do *Diário da República*, no território nacional passam a ser os seguintes:

As 3 séries	Kz: 440 375,00
1.ª série	Kz: 260 250,00
2.ª série	Kz: 135 850,00
3.ª série	Kz: 105 700,00

2. As assinaturas serão feitas apenas no regime anual.

3. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95 975,00, que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola, E.P. no ano de 2011. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

a) estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;

b) as assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2011 sofrerão um acréscimo de uma taxa correspondente a 15%;

c) aos organismos do Estado que não regularizem os seus pagamentos até 15 de Dezembro do ano em curso não lhes serão concedidas a crédito as assinaturas do *Diário da República*, para o ano de 2011.

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto presidencial n.º 206/10:
 Aprova o Estatuto da Empresa Pública Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., RNA-E. P. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Decreto presidencial n.º 207/10:
 Aprova o Estatuto da Empresa Pública Televisão Pública de Angola, TPA-E. P. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto presidencial n.º 206/10
 de 23 de Setembro

Considerando que por Decreto n.º 76/97, de 31 de Outubro, foi criada a empresa Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., e aprovado o seu estatuto;

Convindo proceder à revisão do referido estatuto de forma a ajustá-lo ao novo contexto constitucional e às orientações actuais para a gestão das empresas públicas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Estatuto da Empresa Pública Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., RNA-E. P., anexo ao presente diploma e que dele é parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Art. 3.º — É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Art. 4.º — O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO DA EMPRESA «RADIODIFUSÃO NACIONAL DE ANGOLA — EMPRESA PÚBLICA»

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Denominação e natureza jurídica)

A Empresa Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., abreviadamente designada por RNA-E. P., é uma empresa pública de grande dimensão e de interesse público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

ARTIGO 2.º (Direito aplicável)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. rege-se pela Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro e pelas suas eventuais alterações posteriores, pelo presente estatuto, pela legislação que lhe seja especificamente aplicável e, supletivamente, pela legislação comercial e no que não estiver especialmente regulado, pela demais legislação em vigor.

2. Os direitos do Estado como proprietário da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. são exercidos pelo Ministro de Estado e da Coordenação Económica em conformidade com as orientações estratégicas referidas no número seguinte e mediante a prévia coordenação sectorial estabelecida com o Ministro da Comunicação Social.

3. Sob proposta do Ministro de Estado e da Coordenação Económica e do Ministro da Comunicação Social, o Titular do Poder Executivo, no exercício da função accionista, define as orientações estratégicas da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., as quais podem envolver metas quantificadas e a celebração de Contratos-Programa entre o Estado e a empresa que vão reflectir-se nos contratos de gestão celebrados com os membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 3.º (Sede)

A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. tem a sua sede na Cidade de Luanda, na Rua Comandante Gika, exerce a sua actividade em todo o território nacional podendo, por deliberação do Conselho de Administração, estabelecê-la em novo local, bem como criar representações ou delegações em Angola ou no estrangeiro, ouvido o órgão de tutela.

ARTIGO 4.º (Objecto social)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. tem por objecto social principal a prestação de serviços públicos e tem por objecto social principal a prestação de serviço público de radiodifusão sonora.

2. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. exerce, directa ou indirectamente, actividades complementares ou acessórias à sua exploração principal, com as restrições da legislação aplicável ao processo de investimento e ao regime das empresas públicas.

3. O exercício das actividades referidas no número anterior carece da autorização do órgão de tutela.

ARTIGO 5.º (Participação e associação)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. pode, na prossecução dos seus fins, constituir empresas e adquirir a totalidade ou parte do capital de empresas já constituídas ou a constituir, devendo, sempre que possível, deter o capital maioritário.

2. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., nos termos da legislação em vigor, pode estabelecer com entidades nacionais ou estrangeiras as formas de associação e coope-

ração que melhor possibilitem a realização do seu objecto social.

3. Os actos referidos nos números anteriores carecem de autorização do Ministro de Estado e da Coordenação Económica, em coordenação com o Ministro da Comunicação Social.

ARTIGO 6.º
(Capital estatutário)

1. O capital social é de Kz: 15 000 000 000,00, realizados nos termos da lei.

2. O aumento do capital social tem lugar, quando necessário e devidamente justificado, sob proposta do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, mediante autorização prévia do Ministro de Estado e da Coordenação Económica e do Ministro das Finanças.

CAPÍTULO II
Órgãos da Empresa

SECÇÃO I
Disposições Preliminares

ARTIGO 7.º
(Tipo de órgãos)

São órgãos da empresa:

- a) Conselho de Administração, como órgão de gestão;
- b) Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador;
- c) Conselho Consultivo, como órgão de consulta e apoio.

SECÇÃO II
Conselho de Administração

ARTIGO 8.º
(Composição, nomeação e exoneração)

1. O Conselho de Administração é o órgão de gestão e de administração da empresa, sendo composto por nove Administradores, Executivos e não Executivos, com capacidade jurídica plena.

2. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e exonerosados pelo Presidente da República, após apreciação em Conselho de Ministros, e respondem perante os Ministros da Coordenação Económica e da Comunicação Social na condução da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., sem prejuízo da responsabilidade civil em que se constituam perante a empresa e da responsabilidade criminal que incorram, perante terceiros.

3. O diploma de nomeação dos membros do Conselho de Administração deve indicar os Administradores Executivos e os Administradores não Executivos.

ARTIGO 9.º
(Competências do Conselho de Administração)

O Conselho de Administração é o órgão que tem a seu cargo a gestão e direcção da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. ao qual compete, sem prejuízo dos limites estabelecidos pela Lei aplicável às empresas públicas e pelos Estatutos da empresa, nomeadamente:

- a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa plasmados no seu Plano Estratégico e no Contrato-Programa celebrado com o Estado, quando aplicável;
- b) Aprovar os planos de actividade e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentais anuais;
- c) Elaborar o relatório anual de gestão e aprovar os documentos de prestação de contas;
- d) Aprovar a aquisição, oneração e arrendamento de coisas imóveis, bem como, de participações financeiras noutras sociedades, quando as mesmas não estejam previstas nos planos e orçamentos anuais aprovados e dentro dos limites definidos pela lei ou pelos estatutos;
- e) Aprovar a contracção de empréstimos e a prestação de caução ou de garantias pessoais ou reais pela empresa, nos termos e limites das leis e regulamentos aplicáveis;
- f) Aprovar a abertura ou encerramento de estabelecimentos da empresa ou de partes importantes deles;
- g) Analisar e aprovar o estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- h) Avaliar e propor superiormente projectos de fusão, cisão ou transformação da empresa;
- i) Aprovar a realização de obras e investimentos incluídos nos planos aprovados, nos termos da legislação em vigor;
- j) Propor superiormente eventuais alterações importantes na estrutura orgânica da empresa se tal corresponder a necessidades efectivas para a melhoria da sua rentabilidade e/ou do seu funcionamento;
- k) Prosseguir objectivos de rentabilidade económica e de auto-sustentabilidade financeira da empresa, promovendo continuamente a obtenção de receitas próprias elaborando, para o efeito, planos de marketing e de acção comercial;
- l) Aprovar as normas relativas ao pessoal, elaborar programas de avaliação e desenvolvimento de competências e sistemas de avaliação de desem-

- penho, bem como, o plano anual e/ou plurianual de formação profissional;
- m) Assegurar a existência na empresa de contabilidade geral e analítica actualizada e tecnicamente correcta, bem como, o desenho e implementação de um sistema de controlo de gestão mensal cobrindo todas as actividades da empresa;
 - n) Aprovar a organização técnica e administrativa da empresa e os seus regulamentos internos;
 - o) Nomear, reconduzir ou exonerar os Directores de Serviços e outros responsáveis e exercer o poder disciplinar sobre os trabalhadores da empresa;
 - p) Aprovar o relatório de execução do plano de utilização do fundo social da empresa ou outros fundos constituídos nos termos da lei;
 - q) Aprovar a constituição de seguros patrimoniais e pessoais;
 - r) Gerir e praticar os actos relativos ao objecto da empresa, ao cumprimento dos seus objectivos e ao seu funcionamento corrente;
 - s) Autorizar e praticar todos os demais actos indispensáveis à execução dos estatutos da empresa, que não careçam de aprovação superior ou submetê-los à aprovação dos departamentos ministeriais tutelares quando exigido e conforme os casos em presença;
 - t) Delegar, nos respectivos membros, as competências e poderes que julguem necessárias para a realização de determinados actos e constituir mandatários com os poderes que julgarem convenientes para o bom funcionamento da empresa;
 - u) Deliberar sobre qualquer assunto sobre o qual algum administrador requiera deliberação;
 - v) Representar a empresa em juízo ou fora dele, activa e passivamente.

ARTIGO 10.º

(Reuniões e deliberações)

1. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez de três em três meses, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Conselho Fiscal, ou a requerimento da maioria dos seus membros.

2. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas na presença da maioria dos seus membros em exercício.

3. Às reuniões do Conselho de Administração podem estar presentes outras pessoas especialmente convocadas para o efeito, mas sem direito a voto.

ARTIGO 11.º

(Competências do Presidente do Conselho de Administração)

São competências do Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar e coordenar as reuniões do Conselho de Administração;
- b) Exercer a coordenação global e executiva dos serviços da empresa;
- c) Decidir sobre matérias da competência do Conselho de Administração com carácter urgente, para posterior ratificação pelo Conselho;
- d) Exercer os poderes que lhe sejam cometidos ou delegados pelo Conselho de Administração;
- e) Representar a empresa em juízo e fora dele.

ARTIGO 12.º

(Competências dos Administradores Executivos)

1. Os Administradores Executivos exercem o seu mandato, sendo-lhes atribuída a direcção de pelouros, correspondentes a uma ou mais áreas de actividade da empresa, de forma a permitir a necessária descentralização.

2. Os Administradores Executivos são responsáveis pela gestão corrente da empresa, no âmbito da estratégia definida e dos instrumentos de gestão previsionais da empresa, a médio e curto prazos, que tenham sido aprovados.

3. A direcção executiva de pelouros mencionada no n.º 1 deste artigo, deve ser efectuada mediante a delegação pelo Conselho de Administração de poderes necessários para assegurar a gestão corrente da empresa, sem prejuízo do direito de avocação de competências delegadas.

4. Um dos Administradores Executivos deve ser responsável pelas áreas da administração financeira, gestão patrimonial e gestão de recursos humanos.

5. Os Administradores Executivos reúnem-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente do Conselho de Administração ou a requerimento fundamentado de qualquer deles.

ARTIGO 13.º

(Competências dos Administradores não Executivos)

Compete aos Administradores não Executivos:

- a) Exercer funções de supervisão e de acompanhamento da actividade da empresa e propor as medidas que sejam convenientes, no âmbito do Conselho de Administração;
- b) Requerer a convocação extraordinária do Conselho, nos termos previstos pelos estatutos.

SECÇÃO III
Conselho Fiscal

ARTIGO 14.º
(Composição e nomeação)

1. A fiscalização e o acompanhamento da actividade normal e do legal funcionamento da empresa, cabe ao Conselho Fiscal nomeado por despacho conjunto dos Ministros de Estado e da Coordenação Económica, das Finanças e da Comunicação Social.

2. O Conselho Fiscal é constituído por três membros sendo, um deles, o Presidente e os restantes são vogais.

ARTIGO 15.º
(Competências do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da actividade e do funcionamento da empresa, ao qual compete:

- a) Fiscalizar o cumprimento das normas reguladoras da sua actividade;
- b) Certificar os valores patrimoniais pertencentes à empresa, detidos em regime de garantia, depósito ou a qualquer outro título;
- c) Verificar se os critérios valorimétricos utilizados pela empresa, conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- d) Emitir parecer sobre o relatório e contas;
- e) Elaborar relatórios anuais da sua acção de fiscalização e submetê-los à apreciação do Ministro de Estado e da Coordenação Económica enviando cópia ao Ministro da Tutela;
- f) Solicitar a convocação extraordinária do Conselho de Administração sempre que entenda conveniente;
- g) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Conselho de Administração.

2. Os pareceres do Conselho Fiscal devem ser emitidos no prazo máximo de 15 dias.

3. Sempre que necessário, para correcto desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal pode, com o acordo do Conselho de Administração, fazer-se assistir por auditorias externas sendo os correspondentes encargos da responsabilidade da empresa.

4. O Conselho de Administração deve pôr à disposição do Conselho Fiscal os meios de trabalho, nomeadamente instalações e material de expediente adequados ao desempenho das suas funções.

ARTIGO 16.º
(Reuniões)

O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente por sua iniciativa ou sob solicitação fundamentada de qualquer um dos vogais.

ARTIGO 17.º
(Poderes)

Para o desempenho das suas funções, podem os Membros do Conselho Fiscal:

- a) Obter do Conselho de Administração para exame e verificação os livros, registos e outros documentos que entendam necessários, bem como verificar a existência de quaisquer valores, nomeadamente dinheiro, títulos, mercadorias e outros bens patrimoniais;
- b) Obter dos órgãos ou de qualquer dos seus membros informações ou esclarecimentos sobre a actividade e o funcionamento da empresa;
- c) Solicitar a terceiros que tenham realizado operações com ou por conta da empresa, as informações de que necessitam para esclarecimento dessas operações;
- d) Assistir, sempre que julgado conveniente, às reuniões dos órgãos da empresa.

ARTIGO 18.º
(Deveres)

1. Constituem deveres gerais dos Membros do Conselho Fiscal:

- a) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- b) Guardar segredo dos factos de que tenham conhecimento em razão das suas funções e participar às autoridades os factos criminosos de que tenham conhecimento;
- c) Informar o Conselho de Administração sobre todas as verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e sobre os seus resultados;
- d) Informar os órgãos competentes sobre todas as irregularidades e inexactidões verificadas;
- e) Participar das reuniões do Conselho de Administração e outras desde que sejam convocados.

2. É proibido aos Membros do Conselho Fiscal, salvo autorização expressa, a divulgação de segredos comerciais ou industriais da empresa, de que tenham tomado conhecimento no desempenho das suas funções.

Anexo 3 - Decreto Presidencial 76/97 que aprova o Estatuto da RNA

Decreto nº. 76/97 de 31 de Outubro

Convindo adaptar a estrutura da Radiodifusão Nacional de Angola à Lei nº.9/95, de 15 de Setembro;

Visto o disposto no nº.1 do artigo 37º., da Lei nº.9/95, de 15 de Setembro;

Nos termos das disposições combinadas da alínea h) do artigo 110º. e do artigo 113º. ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

É aprovado o Estatuto da Radiodifusão Nacional de Angola, usando o prefixo " Rádio Nacional de Angola ", anexo ao presente decreto de que é parte integrante.

Artigo 2º

Que o indicativo seja o seguinte nos programas ou rubricas, não sendo permitidas fantasias à roda do mesmo, " de Luanda capital da República de Angola transmite a Rádio Nacional em cadeia com toda a rede nacional de emissores ".

Artigo 3º

É revogada toda a legislação que contrarie o presente decreto, nomeadamente o Decreto nº 343/70, de 31 de Julho, o Decreto nº. 63/75, de 25 de Janeiro e o Despacho nº. 2/MINFA/75, de 9 de Dezembro.

Artigo 4º

As dúvidas surgidas na interpretação e aplicação do presente decreto serão resolvidas por despacho do Ministro da Comunicação Social, à luz da Lei nº.9/95, de 15 de Setembro, da Lei nº.9/92, de 16 de Abril e demais legislação aplicável à matéria.

Artigo 5º

O presente decreto entra em vigor à data da sua publicação.

Visto e aprovado pelo Conselho de Ministros, em Luanda, aos 22 de Julho de 1997.

O Primeiro Ministro, Fernando José de França Dias Van-Dúnen.

Promulgado a 1 de Outubro de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, José Eduardo Dos Santos.

ESTATUTO DA RADIODIFUSÃO NACIONAL DE ANGOLA

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Artigo 1º. (Denominação, natureza, objecto social)

A Radiodifusão Nacional de Angola, abreviadamente designada por R.N.A., é uma empresa pública de grande dimensão, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa de gestão e património próprio.

Artigo 2º. (Direito aplicável)

A Radiodifusão Nacional de Angola rege-se pela Lei nº.9/95, de 15 de Setembro, pelas Leis nº.9/92, de 16 de Abril e nº.22/91, de 15 de Junho, pelo presente estatuto e regulamentos que venham a complementar e no que não estiver especialmente regulado, pelas normas legais vigentes.

Artigo 3º (Sede, âmbito e representação)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola tem âmbito nacional, com sede em Luanda, na Avenida Comandante Gika, exercendo a sua actividade nas áreas susceptíveis de favorecer o exercício da mesma.

2. A Radiodifusão nacional de Angola poderá ter instalações de Radiofusão que terão a forma de:

- a) Centros Emissores Provinciais;
- b) Emissores Regionais;
- c) Emissores Locais;
- d) Centro de Programas;
- e) Centro de Escuta;
- f) Sistema de Radiodifusão;
- g) e outras formas que venham a ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

3. A Radiodifusão Nacional de Angola poderá ainda estabelecer filiais, sucursais ou qualquer outro tipo de representação no estrangeiro.

Anexo 4 - Lei de Imprensa nº 7/06 que regulamenta a actividade da Comunicação Social em Angola



REPÚBLICA DE ANGOLA



Ministério da Comunicação Social

Lei n.º 7/06 de 15 de Maio

A Lei de Imprensa é um diploma que visa estabelecer os princípios gerais que devem enquadrar a actividade da comunicação social, na perspectiva de permitir a regulação das formas de acesso e exercício da liberdade de imprensa, que constitui um direito fundamental dos cidadãos, constitucionalmente consagrado.

Este direito foi objecto de uma lei específica aprovada em 1991, a Lei n.º 22/91, de 15 de Junho — Lei de Imprensa, que assegura o direito de informar e de ser informado, e liberalizou a comunicação social, permitindo a coexistência de órgãos de comunicação social públicos e privados, que têm desempenhado um importante papel na democratização da sociedade e no pluralismo de expressão.

Afigura-se, entretanto, necessário proceder-se à actualização deste diploma legal e adaptá-lo às novas circunstâncias, tornando-o conforme a nova realidade política e económica e social do País.

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 88.º da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional aprova a seguinte:



Artigo 43.º
(Publicações de âmbito nacional ou local)

1. As publicações de âmbito nacional são as que tratam temas nacionais ou internacionais e se destinam a ser divulgadas em todo o território nacional.
2. As publicações de âmbito local são as que têm por objectivo essencial o tratamento de questões locais ou regionais.

Artigo 44.º
(Publicações destinadas à comunidade angolana no estrangeiro)

As publicações destinadas à comunidade angolana no estrangeiro são as que se ocupam predominantemente de questões destinadas a essas comunidades.

Secção II
Radiodifusão Sonora

Artigo 45.º
(Condições prévias ao exercício da actividade de radiodifusão)

1. O exercício da actividade de radiodifusão está sujeito a licenciamento prévio mediante concessão outorgada através de concurso público, no quadro do plano nacional de radiodifusão sonora e obedece aos preceitos da legislação angolana e das convenções internacionais sobre a matéria.
2. Compete ao Conselho de Ministros, sob proposta dos Ministérios da Comunicação Social e dos Correios e Telecomunicações, a autorização da abertura de concursos e a homologação dos seus resultados.
3. O exercício da actividade de radiodifusão pelo operador do serviço público de radiodifusão e instituições públicas vocacionadas à formação de jornalistas não carece de concurso público para o seu licenciamento.

Artigo 46.º
(Licenciamento)

Legislação especial estabelece os requisitos de candidatura aos concursos referidos no número anterior, os procedimentos para a instrução dos processos de concurso, e os mecanismos de coordenação entre as entidades envolvidas no licenciamento dos operadores e provedores de serviços de radiodifusão sonora.



Artigo 47.º
(Alvará)

1. O alvará é o título de licenciamento que habilita o operador a iniciar as emissões.
2. O alvará deve especificar a área de cobertura, o horário de emissão e o tipo de ondas para o qual o operador foi licenciado, a localização geográfica exacta dos emissores e os parâmetros de emissão.
3. O alvará é outorgado pelo Ministro da Comunicação Social, após o licenciamento técnico, e parecer favorável do Ministério dos Correios e Telecomunicações.
4. Os operadores de radiodifusão devem possuir tantos alvarás quantos os tipos de onda em que exercem a actividade.

Artigo 48.º
(Exercício da actividade de radiodifusão)

1. A actividade de radiodifusão é exercida pelo Estado e demais entidades públicas ou privadas.
2. O exercício da actividade de radiodifusão é de âmbito nacional, local ou comunitário.
3. As empresas que à data da entrada em vigor da presente exerçam actividade de radiodifusão, devem criar as condições necessárias para se adequarem à lei no prazo máximo de seis meses.

Artigo 49.º
(Limites ao exercício da actividade de radiodifusão)

A actividade de radiodifusão não pode ser exercida nem financiada por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais e profissionais por si ou através de entidades em que detenham capital.

Artigo 50.º
(Operador público de radiodifusão)

O serviço público de radiodifusão é atribuído à Rádio Nacional de Angola mediante contrato de concessão.